Relatório & Contas 2015

Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, SA



1. Principais Indicadores 4
A. Síntese dos Indicadores Financeiros 4
B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores 6
2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva 8
3. Principais Referências 10
A. Órgãos Sociais 10
B. Direcção e Rede Comercial 12
C. Accionistas 13
D. Marcos de Actividade 13
4. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro 15
5. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro 16
A. Contexto Internacional 16
B. Contexto Cabo-verdiano 17
6. Síntese da Actividade Bancária 18
7. Banca Electrónica 23
8. Gestão de Riscos Financeiros 24
A. Risco de Crédito 24
B. Risco Operacional 25
C. Risco de Capital 25
D. Risco de Mercado 26
E. Risco de Taxa de Juro 26
F. Risco Cambial 27
G. Risco Liquidez 27
9. Recursos Humanos 28
10. Responsabilidade Social 29
11. Análise Financeira 31
A. Elementos do Balanço 31
B. Elementos da Demonstração de Resultados 34
C. Indicadores Económicos e Financeiros 37
12. Aprovação do Conselho de Administração 39
13. Demonstrações Financeiras 40
A. Balanço 40
B. Demonstração de Resultados 41
C. Demonstração de Rendimento Integral 42
D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio 43
E. Demonstração dos Fluxos de Caixa 44

14. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados 45
15. Notas às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015 e 2014 46
16. Relatório do Auditor Externo 59
17. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal 87

1. Principais Indicadores

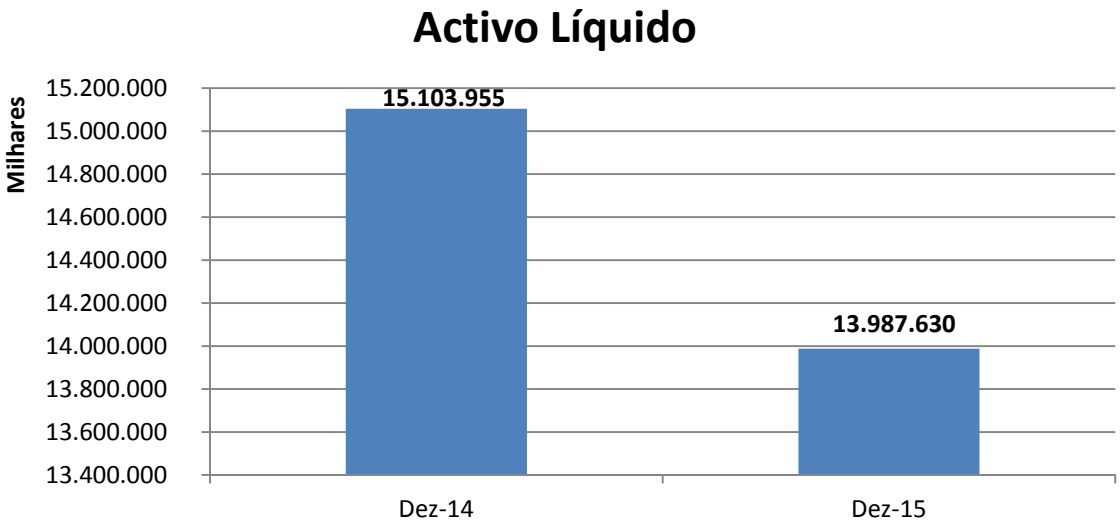
A. Síntese dos Indicadores Financeiros

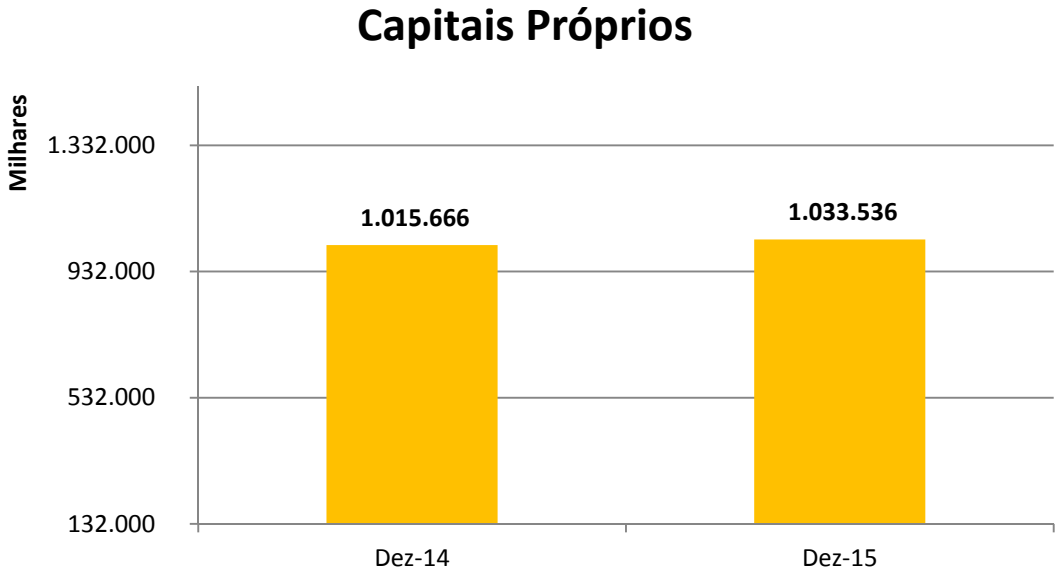
Expresso ECV

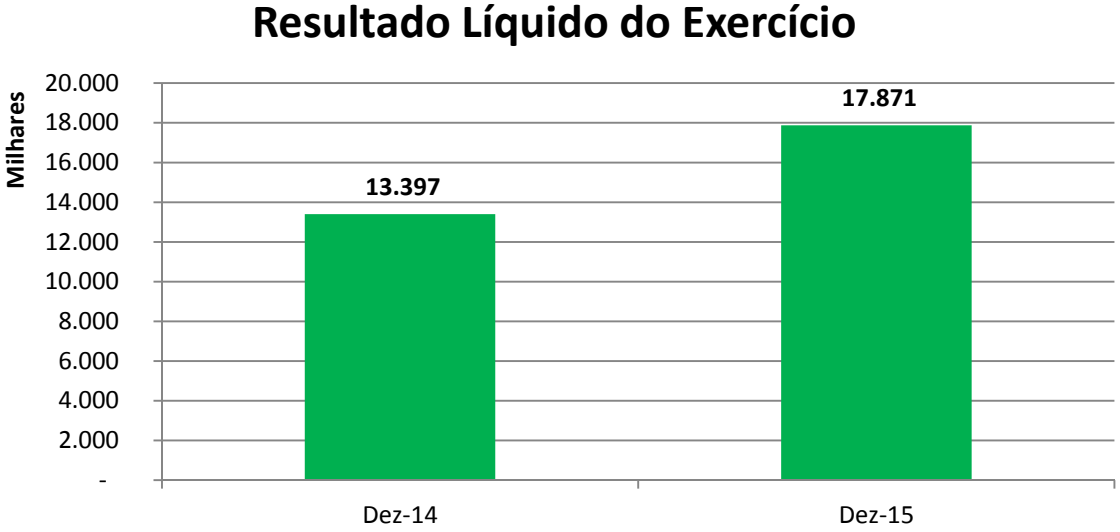
	Limites	Dez-15	Dez-14	Variação Homologa Abs.	Variação Homologa %
Balanço Patrimonial e Extra-patrimonial					
Activo Líquido		13 987 629 738	15 103 954 563	-1.116.324.825	-7,4%
Créditos s/clientes(líquidos)		6 410 247 590	4 664 374 928	1.745.872.663	37,4%
Crédito vincendo		5 877 753 550	4 359 450 587	1.518.302.962	34,8%
Crédito e juros vencidos		818 373 958	531 769 469	286.604.488	53,9%
Crédito e juros vencidos (sem créditos titulados)		413 209 085	531 769 469	-118.560.384	-22,3%
Imparidade		285.879.917	226.845.129	59.034.788	26,0%
Garantias e avales prestados		441 246 383	330 567 040	110.679.343	33,5%
Créditos documentários abertos		18 800 183	16 521 225	2.278.957	13,8%
Crédito total		6 870 294 156	5 011 463 193	1.858.830.963	37,1%
Depósitos de Clientes		6 452 965 072	8 046 724 256	-1.593.759.183	-19,8%
Recursos de Outras Instituições Financeiras		6 163 663 256	5 711 955 168	451.708.088	7,9%
Passivos Subordinados		250.432.953	250.294.886	138.067	0,1%
Capitais próprios		1 033 536 360	1 015 665 803	17.870.558	1,8%
Actividade					
Margem financeira		422.582.839	399.670.590	22.912.250	5,7%
Margem complementar		113.457.991	89.371.795	24.086.196	27,0%
Produto Bancário líquido		536.040.830	489.042.385	46.998.445	9,6%
Custos de Estrutura		427.867.094	386.252.528	41.614.566	10,8%
Cash Flow		155.153.953	156.166.549	-1.012.596	-0,6%
Resultado antes de impostos (RAI)		19.787.036	13.396.904	6.390.132	47,7%
Resultados Líquidos do Exercício		17.870.558	13.396.904	4.473.654	33,4%
Acções					
Nº de acções		2.330.795	2.330.795	0	0,0%
Funcionamento					
Número de empregados		79	72	7	9,7%
Número de Balcões		6	5	1	20,0%
Número de clientes		13.789	11.393	2.396	21,0%
Produtividade/Eficiência					
Cost to income ratio		79,8%	79,0%	0,8%	1,1%
Número de clientes por empregado		175	158	16	10,3%
Activo Líquido / Número de empregados		177.058.604	209.777.147	-32.718.542	-15,6%
Custos de Estrutura / Activo Líquido		3,1%	2,6%	0,5%	19,6%
Rentabilidade					
Lucro líquido por acção (EPS)		7,7	5,7	2	33,4%
Taxa de Transformação 1 (Crédito/Depósitos)		99,3%	58,0%	41,4%	71,4%
Taxa de Transformação 2 (Crédito/Depósitos) (exclui os créditos titulados)		84,1%	52,5%	31,6%	60,2%
Taxa de Transformação 3 (Crédito/(Depósitos+Recursos OIF+Passivo Subordinado))		49,8%	33,3%	16,5%	49,6%
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROAE)		1,7%	1,3%	0,4%	31,1%
Rendibilidade do activo médio (ROAA)		0,13%	0,09%	0,04%	44,04%
Gestão de Fundos					
Depósito Total / Activo		46,1%	53,3%	-7,1%	-13,4%
Total Crédito / Total Depósitos (Incluí Crédito por assinatura)		106,5%	62,3%	44,2%	71,0%
Concentração Depósitos = 20 > Depositantes / Total de Depósitos		61,5%	72,1%	-10,6%	-14,7%
Qualidade dos Activos					
Crédito vencido/ Crédito Total		12,2%	10,9%	1,3%	12,4%
Crédito vencido/ Crédito Total (sem créditos titulados)		7,2%	11,9%	-4,7%	-39,4%
Crédito Vencido a + 90 dias (Circular 150)/Crédito Total		10,9%	10,5%	0,5%	4,3%
Crédito vencido / Activo Total		5,9%	3,5%	2,3%	66,2%
Imparidade / Total Crédito		4,3%	4,6%	-0,4%	-7,9%
Imparidade / Crédito e juros vencidos		34,9%	42,7%	-7,7%	-18,1%
Total Crédito / Total Activo		45,8%	30,9%	14,9%	48,4%
Concentração Devedores = 20 > Devedores / Total de Crédito		71,7%	66,3%	5,4%	8,2%
Adequação do capital					
Imobilizações / Fundos próprios regulamentares		31,9%	22,9%	9,0%	39,2%

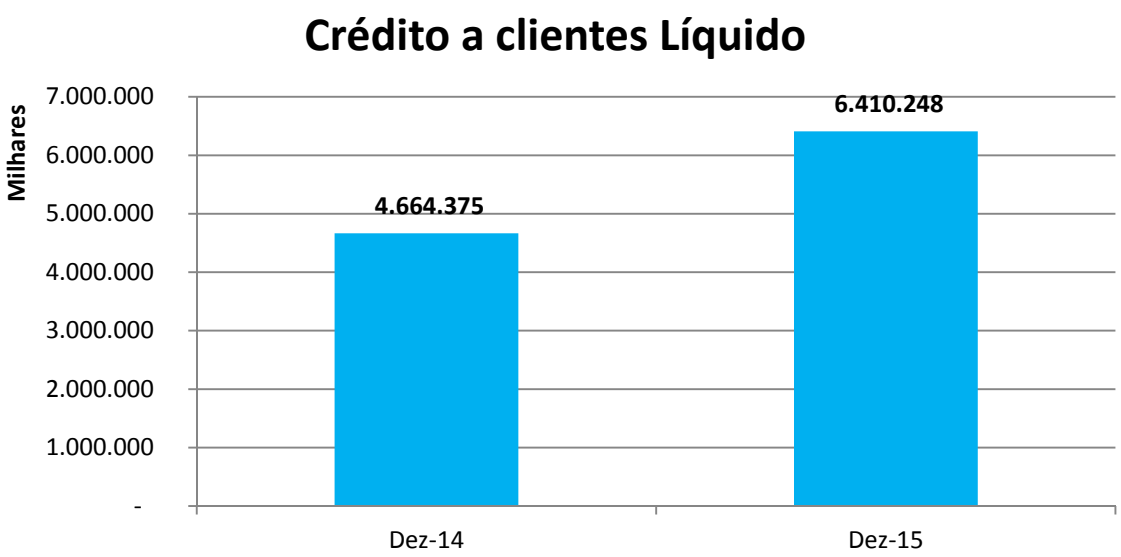
Solvabilidade Bruta (Capitais Próprios/Activo)		7,4%	6,7%	0,7%	9,9%
Endividamento (Passivo/Capitais Próprios)		1253,4%	1387,1%	-133,7%	-9,6%
Fundos próprios de base / Activo Ponderado pelo Risco		11,9%	14,1%	-2,2%	-15,7%
Fundos próprios regulamentares / Activo ponderado pelo risco		14,0%	17,1%	-3,0%	-17,7%
Total Passivo / Fundos próprios regulamentares		1108,1%	1200,7%	-92,6%	-7,7%
Fundos próprios de base / Total Activo		7,1%	6,4%	0,7%	10,2%
(Crédito Vencido - Provisões) / Fundos próprios regulamentares		94,5%	64,7%	29,8%	46,1%
Prudenciais					
Fundos Próprios Regulamentares		1.169.064.326	1.173.379.670	-4.315.344	-0,4%
Solvabilidade (BCV)	10%	14,03%	17,05%	-3,0%	-17,7%
Cobertura Imobilizado	100%	332,5%	494,8%	-162,3%	-32,8%
Limite Concentração Risco Crédito-Empresa Grupo	20% FP	247.586.784	243.564.897	4.021.886	1,7%
Limite Concentração Risco Crédito-Empresa Individual	25% FP	309.483.480	304.456.122	5.027.358	1,7%
Limite Concentração Risco Crédito-Grande Risco	8*FP	123.793.392	121.782.449	2.010.943	1,7%
Rácio Títulos Dívida Pública/Depósitos de Clientes	5%	49,7%	49,1%	0,6%	1,2%
Cobertura das Responsabilidades	20%	74,6%	83,5%	-8,8%	-10,6%
Liquidez e Gestão de Fundos					
Liquidez Geral	50%	47,17%	65,38%	-18,2%	-27,8%
Liquidez Reduzida	25%	21,59%	36,14%	-14,6%	-40,3%
Liquidez Imediata	20%	17,2%	21,2%	-4,0%	-18,7%

B. Análise Gráfica dos Principais Indicadores








Crédito a clientes Líquido
Milhares
7.000.000
6.000.000
5.000.000
4.000.000
3.000.000
2.000.000
1.000.000
-
4.664.375
6.410.248
Dez-14
Dez-15

2. Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

O ano 2015 foi caracterizado pela manutenção geral da trajectória de crescimento do banco e de optimização das margens financeira e complementar. Daí resultou o reforço da inversão, iniciada no exercício de 2014, na rubrica de resultados dos exercícios, os quais caracterizaram a fase de entrada do banco no mercado e segmentação do seu nicho de negócios, decorrente do elevado padrão dos investimentos nos activos tangíveis e intangíveis, nomeadamente no edifício sede social e na arquitectura dos sistemas e tecnologias de informação.

A 31 de Dezembro de 2015, não obstante o forte crescimento do crédito líquido sobre clientes na ordem dos 37,4%, o activo liquido total contraiu-se em -7,4%, pressionado pela redução da carteira de depósitos de clientes em -19,8%, por conta de uma operação de um cliente de repatriação do capital no final do investimento realizado na cidade da Praia.

O crescimento do produto bancário na ordem dos 9,6% foi influenciado positivamente pelo melhor desempenho da margem complementar na ordem dos 27%, em relação ao mais moderado comportamento da margem financeira que cresceu em apenas 5,7%, resultado que acaba por reflectir a descida nas taxas de juro do crédito e das aplicações em títulos e bilhetes soberanos, decorrente da actual conjuntura internacional nos mercados da zona Euro.

Como foi acima já referido, pelo segundo ano consecutivo, a instituição registou um resultado líquido positivo, em torno dos 17,9 milhões de ECV, reforçando a tendência registada no ano de 2014 em que obteve um resultado liquido positivo da ordem dos 13,4 milhões de ECV.

A qualidade dos activos marcada pelo crédito vencido (mutuado e titulado) em relação ao activo total deteriorou-se de 3,5% para 5,9%, respectivamente, para o que contribui a contracção do activo total, ao passo que o crédito vencido (mutuado e titulado) em relação ao crédito total agravou-se de 10,9% para 12,2%,respectivamente. Não obstante isso, a cobertura da carteira do crédito total pelas imparidades constituídas passou de 4,6% para 4,3%, variação que expressa uma manutenção das regras e práticas de salvaguarda da qualidade dos activos, no contexto em que o crescimento do crédito total em 2015 foi da ordem de 37,4%.

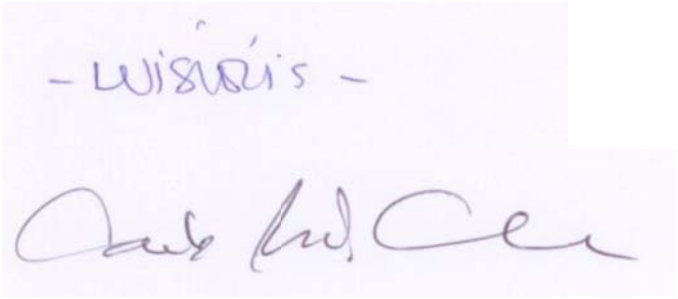
Por último, de assinalar que a solvabilidade ficou em 14% abaixo dos 17% registado em 2014, para o que contribuiu o significativo aumento ocorrido na carteira de crédito.

Neste ano que se encerrou, o BAI Cabo Verde ampliou a sua rede com a abertura da sua 6ª agência em Santa Catarina de Santiago, cidade da Assomada, estando em curso as obras de instalação da futura agência de Santa Maria, na ilha do Sal, cuja inauguração teve lugar no mês de Fevereiro de 2016. A extensão da marca BAI a outros mercados de Cabo Verde e a exploração de outras linhas de negócio

bancário representa a procura de oportunidades e segmentos de negócio com impacto na economia cabo-verdiana e com potencial para reforçar o crescimento do BAI Cabo Verde.

Por último, queremos agradecer a vossa atenção e compreensão bem como testemunhar o apreço e consideração de todas as autoridades nacionais, entidades de regulação bancária e de supervisão financeira, e a dedicação dos colaboradores, e expressar o compromisso da administração do BAI Cabo Verde de contribuir para a solidez financeira do banco e o reforço do sector financeiro de Cabo Verde.

Cidade da Praia, 10 de Março de 2016



3. Principais Referências

A. Órgãos Sociais

Mesa Assembleia Geral

Silvino Manuel da Luz

Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Alexandre Augusto Borges Morgado

Secretário

Conselho de Administração

Luís Filipe Rodrigues Lélis

Presidente do Conselho de Administração

Manuel Jesus Costa

Administrador Não Executivo

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Administrador

Carla Monteiro do Rosário

Administradora

David Luís Dupret Hopffer Almada

Administrador

Comissão Executiva

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

Presidente

Carla Monteiro do Rosário

Administradora Executiva

David Luís Dupret Hopffer Almada

Administrador Executivo

Conselho Fiscal

António Querido dos Reis Borges

Presidente do Conselho Fiscal (independente)

António Avelino Ramos Oliveira

Vogal Efectivo

Margarida de Carvalho

Vogal Efectivo

Albertino Xisto Almeida

Vogal Suplente (independente)

Auditor externo

PwC - PricewaterhouseCoopers, SROC, S.A

Representada por Carlos José Figueiredo Rodrigues

B. Direcção e Rede Comercial

DIRECÇÃO	
Direcção Financeira e Contabilidade – DFC	Hercules Cruz Director
Direcção de Organização e Sistemas de Informação – DOS	Eder Pina Director
Direcção de Operações – DOP	Areolino Carvalho Director
Direcção Comercial – DCM	Amilton Fernandes Director
Direcção Administrativa – DAD	Ricardo Maximiano Director
Gabinete de Auditoria e Inspecção – GAI	Paulino Gonçalves Director
Gabinete de Marketing e Comunicação – GMC	Margarida Mascarenhas Directora
Gabinete Planeamento, Controlo e Risco – GPR	Olga Barbosa Directora
Gabinete Jurídico e Compliance – GJC	António Monteiro Director
REDE COMERCIAL	
Agência da Praia (Sede)	Rogério Tavares Gerente
Agência do Plateau – Ilha de Santiago – Cidade da Praia	Rei Igo Baptista Gerente
Agência da Achada Santo António – Ilha de Santiago – Cidade da Praia	Moisés Martins Gerente
Agência do Espargos – Ilha do Sal	Eneida Teixeira Gerente
Agência do Mindelo – Ilha de S. Vicente	Isanete Luz Gerente
Agência de Assomada – Ilha de Santiago	Kateline Monteiro Gerente

C. Accionistas

	2014			2015		
Accionista	Parte no Capital	Participação	Nº Acções	Parte no Capital	Participação	Nº Acções
BANCO ANGOLANO DE INVESTIMENTOS SA	80,432%	1.874.695.000	1.874.695	80,432%	1.874.695.000	1.874.695
SONANGOL CABO VERDE SA	16,303%	380.000.000	380.000	16,303%	380.000.000	380.000
SOGEI - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS SA	3,265%	76.100.000	76.100	3,265%	76.100.000	76.100
TOTAL	100,00%	2.330.795.000	2.330.795	100,00%	2.330.795.000	2.330.795

D. Marcos de Actividade

07-01-2015

- ✓ Migração para Sistema de Gestão de Cartões (SGC)

19-01-2015

- ✓ Assinatura protocolo Tito Paris

26-03-2015

- ✓ Assinatura Protocolo Black Panthers

22-05-2015 e 23-05-2015

- ✓ Patrocínio SOLP - VI Congresso Ortopedistas CPLP

29-05-2015

- ✓ Encontro Corpo Directivo

01-06-2015

- ✓ Doação Hospital Agostinho Neto, Hospital Baptista de Sousa e Hospital Espargos - Festa dia da criança

06-06-2015

- ✓ Doação Pediatria Hospital Agostinho Neto - Alargamento da idade de crianças a serem atendidas nos serviços de Pediatria deste Hospital para até 13 anos

02-07-2015 a 09-07-2015

- ✓ Patrocínio Associação Nós Herança - Intercâmbio da Delegação de Catumbela

05-07-2015

- ✓ Patrocínio Ministério da Cultura - Comemoração 40º Aniversário da Independência Nacional

08-07-2015

- ✓ Visita da Delegação do Município de Catumbela de Angola

25-07-2015

- ✓ Patrocínio Fundação Infância Feliz -7ª Edição de vozes da Diáspora

31-07-2015

- ✓ Inauguração Agência Assomada

03-09-2015

- ✓ Renovação Parceria FICASE

15-10-2015

- ✓ Patrocínio Rosa de Porcelana, Editora Lda - Livro "Cabo Verde: A gestão das impossibilidades" Dr. JMN

05-11-2015 a 26-11-2015

- ✓ Comemoração 7º Aniversário do Banco

30-11-2015

- ✓ Patrocínio Câmara Municipal de Santa Catarina - Comemoração Festas de Santa Catarina

05-12-2015 e 06-12-2015

- ✓ Patrocínio Unitel T+ - Festival Panda

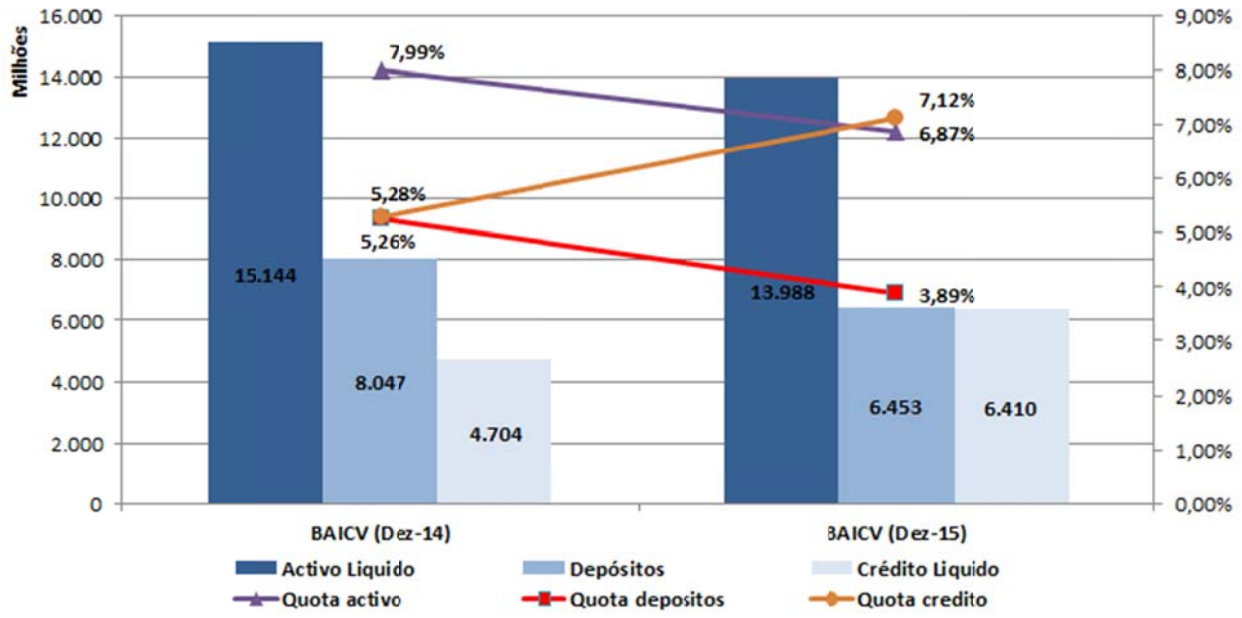
15-12-2015

- ✓ Visita de Estudantes da Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá

4. BAI Cabo Verde no Sistema Financeiro

Durante o exercício 2015 o BAICV registou um crescimento significativo da sua actividade, colocando à disposição dos clientes um conjunto de soluções e opções de pagamento eficientes.

O Crédito Líquido e os Depósitos do BAICV referente ao exercício 2015 representavam cerca de 7,12% e 3,89% do total do Sistema Financeiro verificado no mês de Setembro 2015 face aos 5,28% e 5,26% verificado em 2014 nos períodos homólogos, respectivamente.



5. Enquadramento Macroeconómico e Financeiro

O crescimento da economia mundial durante ano 2015 desacelerou-se, no entanto, o enquadramento externo da economia Cabo-verdiana permaneceu favorável em 2015 derivado da evolução da procura externa dirigida ao país, do investimento externo no mercado nacional, das transferências privadas para o apoio familiar e de uma pressão saudável da inflação.
Contudo, os dados financeiros e económicos demostram um abrandamento do ritmo de crescimento da economia nacional visto que ocorreu uma retracção dos investimentos internos.

A. Contexto Internacional

Os dados estatísticos referentes ao ano 2015 evidenciaram um abrandamento do crescimento da economia mundial devido à fraca actividade económica nas economias emergentes e em desenvolvimento, especificamente a desaceleração da economia chinesa, não obstante a evolução favorável das economias avançadas como Estados Unidos e a Zona Euro.

O crescimento da economia Norte-Americana foi consistente, derivado, essencialmente, do aumento do consumo privado, do fortalecimento do sector imobiliário, da redução da inflação e da taxa de desemprego para níveis próximos do desemprego estrutural. Também, a valorização do dólar e a redução do preço do petróleo condicionou a economia Norte-Americana ao longo do ano 2015.

As economias da zona Euro tiveram um desempenho económico favorável ao longo do ano 2015 derivado do aumento do consumo privado, das exportações líquidas - impulsionadas principalmente pela redução do preço das matérias-primas e da depreciação do euro - reforçando assim a tendência de recuperação da crise da economia do continente Europeu.

As economias dos mercados emergentes e dos países em desenvolvimento registaram um crescimento económico desfavorável durante o ano 2015, principalmente por causa do agravamento das condições externas de financiamento, do impacto da redução dos preços das matérias-primas (energéticas, alimentares e metais preciosos) e da depreciação cambial nas economias exportadoras de *commodities*.

Em relação ao mercado dos *commodities*, o preço internacional do petróleo registou uma queda de 46 por cento em termos homólogos - início do ano até finais de Setembro de 2015, suportado pela manutenção da produção da Organização dos Países Produtores e Exportadores de Petróleo (OPEP), numa conjuntura de moderação da procura Chinesa. Paralelamente, o índice de preços dos produtos alimentares decresceu 18,9 por cento de Janeiro a Setembro de 2015 em termos homólogos, derivado de uma procura global desacelerada.

B. Contexto Cabo-verdiano

As estatísticas do Banco de Cabo Verde indicam um abrandamento do ritmo de crescimento da actividade económica Cabo-Verdiana, em larga escala condicionada pelos constrangimentos que limitaram a evolução dos investimentos ao longo do ano 2015. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a economia de Cabo Verde cresceu 1,4 por cento no terceiro trimestre de 2015 quando comparado com o período homólogo de 2014.

A procura interna ficou marcada pela diminuição dos investimentos do Governo Central, pela evolução aquém do desejável do financiamento bancário a empreendimentos privados e pela demora da execução do investimento do Governo "Programa Casa para Todos".

Do lado da oferta, os maiores impactos na queda do PIB foram provocadas pelas performances menos favoráveis dos sectores económicos consideradas chaves como o comércio, a agricultura, os serviços imobiliários e a administração pública.

Em relação aos principais índices de inflação, o comportamento dos preços no consumidor apresentam uma evolução favorável ao longo do ano visto que o aumento da inflação das importações compensou os aumentos dos preços de bens alimentares produzidos internamente devido à seca de 2014, beneficiando o rendimento disponível das famílias cabo-verdianas em 2015.

As contas externas registaram uma melhoria na contracção do défice da balança corrente derivada da forte recuperação das receitas de turismo, da redução do preço e volume das importações de bens, do aumento das remessas de emigrantes e dos donativos ao Estado de Cabo Verde. Devido aos factores enunciados, a evolução positiva da balança corrente não foi suficiente para compensar o aumento das aplicações dos bancos no exterior e a redução dos desembolsos líquidos da dívida pública, causando uma queda das reservas internacionais líquidas do país.

O crescimento do crédito à economia permaneceu moderado comparativamente ao ano transacto essencialmente devido ao crescimento acelerado dos donativos ao país, da forte recuperação das receitas fiscais e do abrandamento do recurso do Estado em relação ao endividamento interno. O crescimento do crédito bruto ao governo central caiu dos 23,5 por cento em período homólogo para 6,6 por cento.

As contas públicas demostram uma melhoria na situação orçamental, derivado da redução dos investimentos públicos e do aumento das receitas orçamentais. Ou seja, a redução das despesas relativo a aquisição de activos não financeiros e o aumento das receitas fiscais e donativos (em larga medida para apoiar a reconstrução das infra-estruturas destruídas pela erupção vulcânica), contribuíram para que o défice orçamental decrescesse cerca de 39 por cento em termos homólogos até Setembro de 2015.

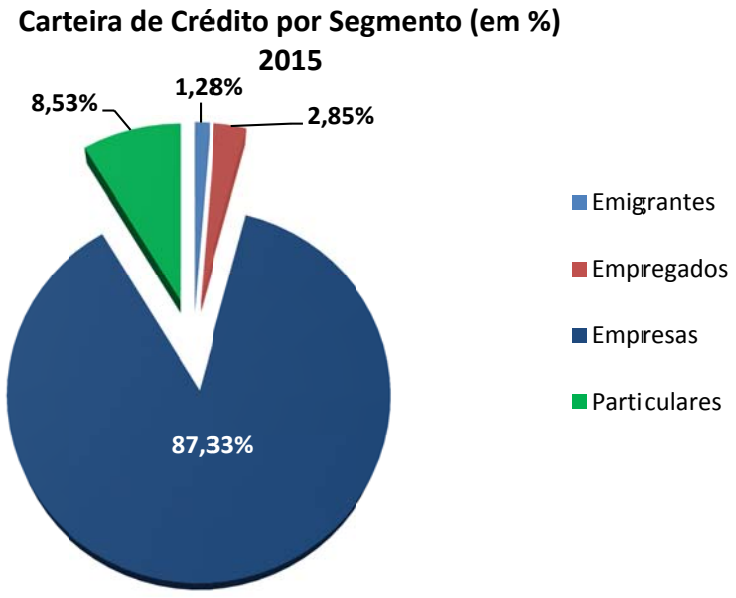
6. Síntese da Actividade Bancária

Carteira de Crédito

A Carteira de Crédito do Banco atingiu em 2015 os 6.630 Milhões de escudos[1], face aos 4.898,9 Milhões de escudos do ano transacto, representando um aumento de 1.731,1 Milhões de escudos, derivado, essencialmente, do aumento ocorrido na rubrica "Crédito Médio e Longo Prazo" no montante de 1.314,7 Milhões de ECV, e dos créditos Titulados em 485,2 Milhões de escudos, resultantes da subscrição de títulos da TACV e da Emprofac.

O Banco totalizou 285,9 milhões de escudos de Imparidade de crédito a 31 de Dezembro de 2015 (4,3% da carteira total), o que representa um aumento de 59 milhões de escudos face ao ano de 2014, cobrindo 34,9% da carteira de crédito vencido.
A análise por segmento demonstra que o segmento Empresas detém 5.790,3 Milhões de ECV (87,33%) do total dos créditos atribuídos, seguido dos créditos a Particulares com 565,8 Milhões de escudos (8,53%) e dos Empregados e Emigrantes com 189 (2,85%) e 84,7 milhões de escudos (1,28%), respectivamente.

- ✓ Carteira de Empresas, o crédito de Médio e Longo Prazo lidera com 4.307,5 Milhões de escudos (74,4%), seguido dos Créditos titulados com 925 Milhões de escudos (16%);
- ✓ Carteira de Particulares, o crédito Habitação lidera com 296,4 Milhões de escudos (52,4%), seguido do crédito Pessoal e Crédito Médio e Longo Prazo com 161 Milhões e 45,8 Milhões, respectivamente.
- ✓ c)Carteira de Colaboradores, o crédito Habitação lidera com 167,6 Milhões de escudos, seguido de crédito Pessoal e Automóvel com 14,6 Milhões e 5,8 Milhões, respectivamente.
- ✓ d) Carteira Emigrantes o crédito Habitação representa 76% da carteira com 64,4 Milhões de escudos.

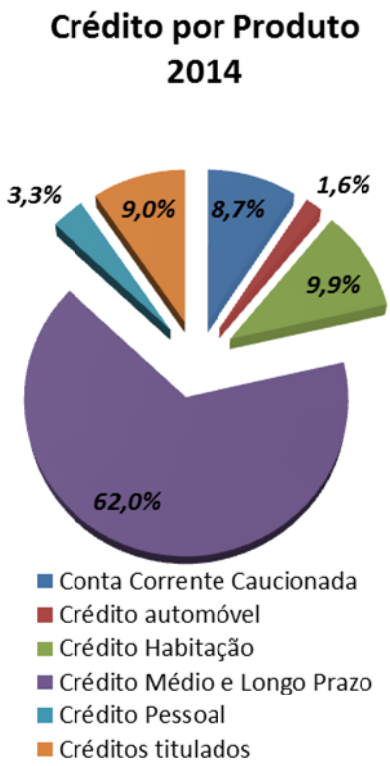


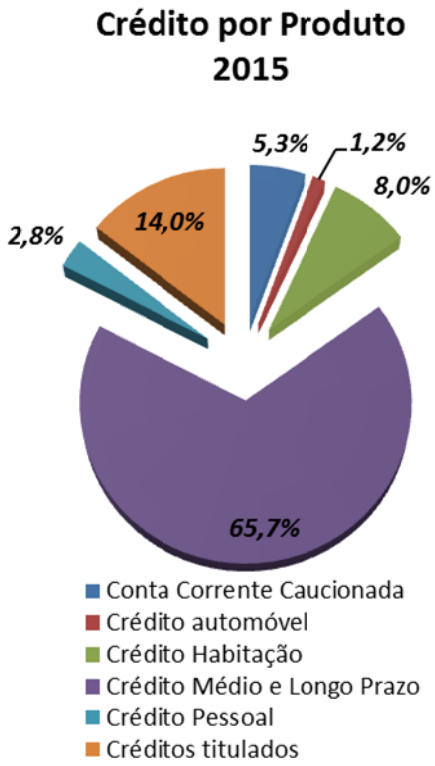
[1] Expurgando juros, rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido.

Os créditos de Médio e Longo Prazo no ano 2015, representavam 65,7% do total da carteira, o equivalente a 4.353 Milhões de ECV, seguido dos Créditos Titulados, dos Créditos à Habitação e das Contas Corrente Caucionada.

Tipo de Crédito	2014	Peso	2015	Peso	Var	
					Abs.	%
Conta Corrente Caucionada	424.899.377	8,7%	353.492.357	5,3%	-71.406.520	-16,8%
Crédito à construção	76.350.575	1,6%	66.503.596	1,0%	-9.846.880	-12,9%
Crédito automóvel	80.651.647	1,6%	82.866.380	1,2%	2.214.733	2,7%
Crédito Habitação	486.456.347	9,9%	529.354.340	8,0%	42.898.493	8,8%
Crédito Hipotecário	46.584.336	1,0%	44.876.201	0,7%	-1.708.135	-3,7%
Crédito Médio e Longo Prazo	3.038.507.870	62,0%	4.353.242.453	65,7%	1.314.734.584	43,3%
Crédito Pessoal	160.994.814	3,3%	188.642.386	2,8%	27.647.572	17,2%
Crédito Turismo e a Restauração	420.664	0,0%	420.564	0,0%	0	0,0%
Créditos titulados	439.791.478	9,0%	925.037.300	14,0%	485.246.322	110,3%
Descobertos	144.239.717	2,9%	85.568.263	1,3%	-58.671.454	-40,7%
Total	**4.898.896.825**	**100%**	**6.630.005.540**	**100%**	**1.731.108.714,90**	**35%**

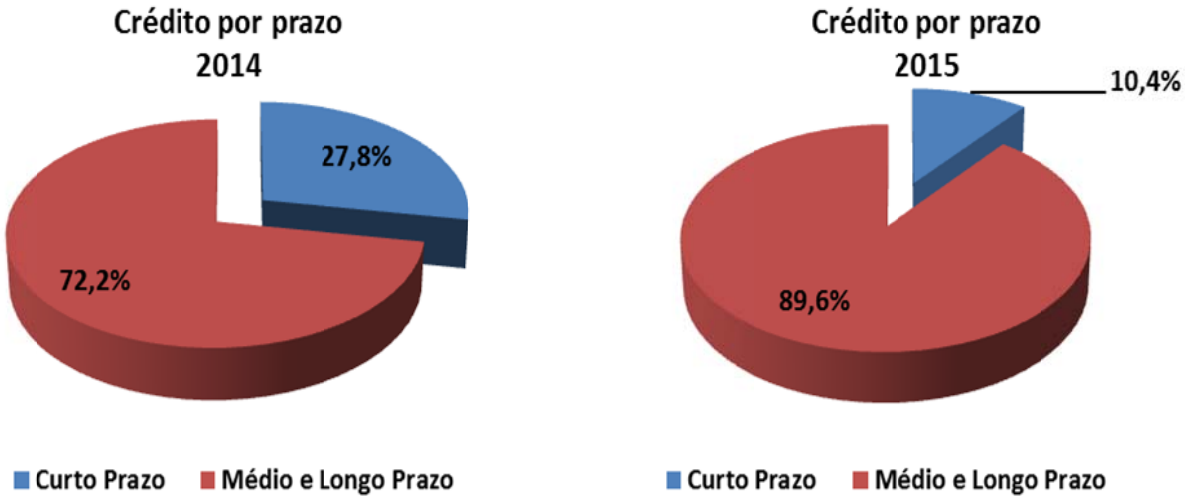
Nota: Os valores acima apresentados não incluem juros, rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido.





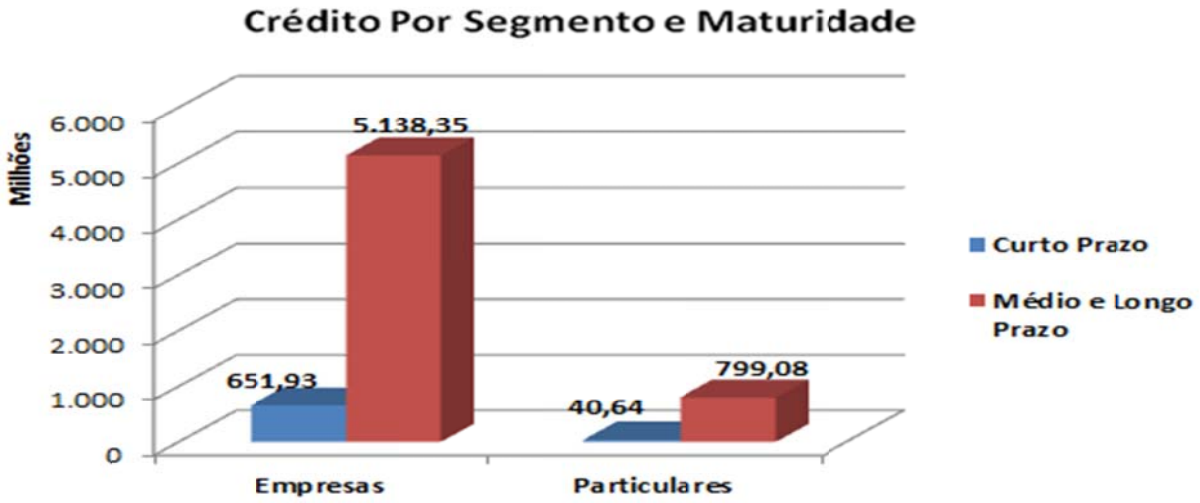
Relativamente à **maturidade**[2] dos créditos, a carteira do BAICV registou um aumento da carteira de créditos com prazos superiores a 1 ano, em 89,6% (2014: 72,2%) da carteira de crédito. Os prazos inferiores a 1 ano representavam 10,4% (2014: 27,8%) da carteira.

[2] Prazo Residual



Em termos de segmento por prazo, o segmento Empresas e Particulares registaram em 2015 o maior peso nos créditos de Médio e Longo Prazo.

Os créditos de Curto Prazo no segmento Empresas incluem, essencialmente, as Contas Correntes Caucionadas e os Descobertos Bancários, destinados normalmente à resolução de problemas de tesouraria das empresas. Relativamente aos Particulares, os créditos de Médio e Longo Prazo detêm o maior peso na carteira, substancialmente devido a maturidade associada aos Créditos Habitação.



Recursos de Clientes

Em 2015, 51,62% (3.265 milhões de escudos) é constituído por Depósitos a Ordem e 48,38% (3.060 milhões de escudos) por Depósitos a Prazo.

A Carteira Global de Recursos do BAICV atingiu em 2015 o montante de 6.325,3 Milhões de escudos expurgando os cheques e ordens a pagar e juros a pagar, sendo 41% de depósitos de empresa, 27,5% de

depósitos da rubrica "Outros", onde inclui os depósitos do Sector Público, mais precisamente o depósito do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), 24,9% de depósitos de particulares, 6,2% de emigrantes e 0,4% de Funcionários.

Tipo	2015		Total	Peso
	D. Ordem	D. Prazo		
Empresas	1.642.822.771	949.573.308	2.592.396.080	*41,0%*
Particulares	1.001.144.679	574.571.317	1.575.715.995	*24,9%*
Funcionários	14.014.396	13.746.500	27.760.896	*0,4%*
Emigrantes	136.577.879	253.690.235	390.268.114	*6,2%*
Outros*	470.578.105	1.268.569.077	1.739.147.182	*27,5%*
Total	**3.265.137.830**	**3.060.150.438**	**6.325.288.267**	*100,0%*

* Inclui o Sector "Public National Company"

OBS: Não inclui Cheques e Ordens a Pagar e Juros a Pagar

Relativamente à moeda da carteira de recursos de clientes, em ambas as carteiras de depósitos a ordem e depósitos a prazo, predominam o escudo cabo-verdiano (ECV), seguido do USD e EUR, com 90,9%, 8,0% e 1,1 % respectivamente.

Na carteira em ECV, predomina o segmento empresas com 41% do saldo total em ECV, seguido dos particulares com 21%. Na carteira em EUR predomina os particulares com 47% seguido das empresas com 44% do saldo total em EUR. Na carteira em USD predomina os particulares com 66% do saldo total em USD.

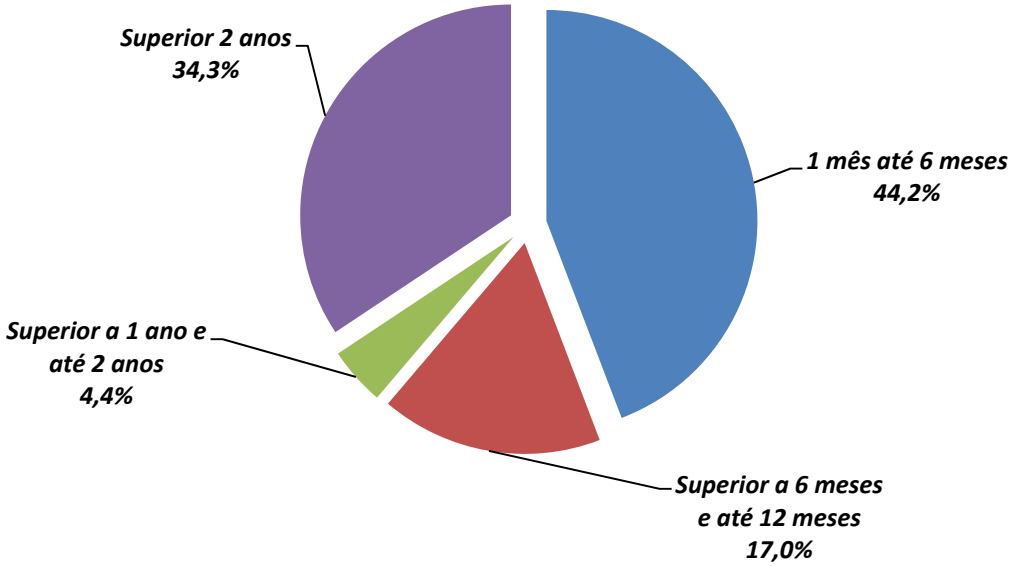
Total Recursos Clientes	Saldo Total Recursos Clientes				Contravalor em ECV	Peso
	ECV	EUR	USD	GBP		
Empresas	2.425.120.019	14.833.514	151.977.874	464.673	2.592.396.080	*41,0%*
Particulares	1.191.898.117	15.701.155	313.984.603	36.247	1.575.715.995	*24,9%*
Funcionários	27.530.297	58.531	172.069	-	27.760.896	*0,4%*
Emigrantes	365.883.186	2.964.209	7.722.732	-	390.268.114	*6,2%*
Outros*	1.738.969.754	-	44.395	-	1.739.147.182	*27,5%*
Total Recursos Clientes	**5.749.401.373**	**33.557.409**	**473.901.674**	**500.920**	**6.325.288.267**	*100,0%*
Contravalor em ECV	**5.749.401.373**	**71.536.579**	**503.849.395**	**500.920**		

* Inclui o Sector "Public National Company"

OBS: Não inclui Cheques e Ordens a Pagar e Juros a Pagar

Em termos de prazo residual dos depósitos a prazo 44,2% (1.352,5 milhões de escudos) são Depósitos a Prazo de 1 a 6 meses, seguido de Depósitos a Prazo superiores a 2 anos com 34,3% (1.050,8 milhões de escudos), de Depósitos a Prazo de 6 a 12 meses com 17% (520,7 milhões de escudos) e Depósitos a Prazo de 1 a 2 anos com 4,4% (136,2 milhões de escudos).

Prazo Residual Depósitos a Prazo



7. Banca Electrónica

Durante o ano de 2015 conseguiu-se alargar ainda mais o serviço de cartões de débito – Vinti4. Os indicadores da Banca Electrónica continuam sendo atractivos pela natureza específica, não obstante os custos elevados associados à manutenção deste serviço.

a) Rede Vinti4

A rede Vinti4 por ser uma rede partilhada de Caixas Automáticas – ATM's e Terminais de Pagamentos Automáticos – POS, e cujo potencial de desenvolvimento mostra-se a cada dia ser mais intenso, tem abrangido um número cada vez maior de serviços.

A disponibilização destes serviços no mercado oferece a oportunidade de captação de fundos a mais clientes, podendo assim oferecer uma grande variedade de funcionalidade aos mesmos, desde levantamentos de numerário, transferências bancárias, pagamento de serviços, pagamento de facturas, consulta de saldos e de movimentos, recarga de telemóveis, consulta de NIB/IBAN entre outras.

Até Dezembro 2015, o banco totalizou 3.317 cartões, face aos 3.130 cartões do ano transacto. Relativamente aos terminais, registou-se um aumento de 102 terminais de POS´s, comparativamente ao ano anterior, enquanto que instalaram-se mais 2 ATM's totalizando 12 ATM's no final de 2015.

b) Internet Banking

O lançamento do BAI Net, a internet banking do Banco, foi sem dúvida um importante acontecimento para o BAI CV, um novo canal de comunicação com os clientes, permitindo a realização de transacções, como também a consulta de saldos.

Durante o ano de 2015 registou-se cerca de 659 adesões, representando uma quebra de 4 adesões comparativamente ao período homólogo.

Descritivo	Jan a Dez 14	Jan a Dez 15
	Adesões	Adesões
Internet Banking	663	659

8. Gestão de Riscos Financeiros

A gestão e controlo dos riscos inerentes às actividades do BAICV está centralizada no Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco (GPR), cuja responsabilidade passa por identificar e analisar a exposição do Banco aos diversos riscos, especificamente, o risco de crédito (carteira), de liquidez, das taxas de juro e de câmbio, como também, definir políticas que assegurem a prevenção e mitigação dos mesmos.

O Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco tem a incumbência de identificar e analisar a exposição do Banco aos diversos riscos a que está sujeito, definindo instrumentos de análise e políticas orientadoras, visando a maximização dos resultados da instituição, dentro de restrições pré-estabelecidas e devidamente supervisionadas pelos Órgãos de Gestão competentes.

Paralelamente à acção desenvolvida pelo GPR, a secção de Análise de Crédito, inserida na Direcção Comercial (DCM), é responsável pela análise e aprovação dos pedidos de créditos submetidos à instituição.

A instituição possui ainda uma Direcção especializada de Compliance e de Auditoria Interna, nomeadamente o Gabinete Jurídico e Compliance e o Gabinete de Auditoria e Inspecção, responsáveis pelos riscos relacionados com eventuais perdas financeiras ou de imagem que possam surgir, decorrentes de acções judiciais e de sanções legais, resultantes da inconformidade dos negócios do Banco às leis, normas, regulamentos e códigos de conduta vigentes.

O banco possui também um Comité de Gestão de Activos e Passivos, genericamente designado por ALCO, destinado à análise, controlo e implementação de estratégias de mitigação dos riscos estruturais do balanço, visando maximizar a rentabilidade e a solidez financeira da instituição.

A. Risco de Crédito

O **Risco de Crédito** consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de pessoas, residentes ou não residentes, singulares ou colectivas, em pagarem quer o capital em dívida, quer os juros devidos pactuados perante o banco.

O acompanhamento do Risco de Crédito é feito tanto pelo Departamento de análise de crédito, responsável pela aprovação dos pedidos de crédito solicitados, consoante os indicadores qualitativos e quantitativos subsequentes das análises de Scoring e Rating, como também, pelo Departamento de recuperação de Crédito, destinado à recuperação dos créditos vencidos, mediante solução negociado extra judicialmente, em função dos objectivos do banco.

O acompanhamento da carteira de crédito é feito pelo Gabinete de Planeamento, Controlo e Risco (GPR), averiguando tanto o grau de concentração dos créditos atribuídos, como também a diversificação sectorial da carteira da instituição.

Qualidade do crédito atribuído

			Var. Homóloga	
Crédito sobre Clientes	2015	2014	Abs.	%
Crédito vencido / Crédito Total	12,22%	10,87%	1,35%	12,41%
Imparidade Crédito a Clientes/Crédito Total	4,27%	4,64%	-0,37%	-7,94%

Os indicadores referentes à qualidade de crédito evidenciam um ligeiro aumento do rácio de créditos vencidos em 1,56 pontos percentuais, situando-se nos 12,22%. Paralelamente, o rácio de cobertura do crédito total pelas imparidades registou uma redução de 0,37 pontos percentuais, situando-se nos 4,27%.

B. Risco Operacional

O **Risco Operacional** é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas ou da inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à deficiência em contratos firmados pela instituição.

A instituição aborda a gestão do risco operacional dentro de um processo de aprimoramento contínuo, visando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade dos serviços prestados pela mesma. Neste sentido, o banco tem implementado políticas e procedimentos internos de controlo, visando a mitigação dos riscos operacionais subsequentes à sua actividade, designadamente:

- ✓ A criação da área de Compliance, integrado no Gabinete Jurídico;
- ✓ Criação do regulamento interno de prevenção de branqueamento de capitais;
- ✓ Actualização do Manual de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- ✓ Formação e capacitação técnica na prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- ✓ Criação do Gabinete de Auditoria e Inspecção.

C. Risco de Capital

O acompanhamento do **Risco de Capital** é feito tendo em conta todos os requisitos mínimos prudenciais estabelecidos pela entidade reguladora, especificamente os Avisos nº 3/2007 e 4/2007, do Banco de Cabo Verde, relativo ao apuramento do Rácio de Solvabilidade.

Descrição	2015	2014	Variação Abs.	Variação %
Fundos próprios	1.169.064.326	1.173.379.670	-4.315.344	-0,37%
Activos ponderados pelo risco de crédito	7.585.239.442	6.221.300.470	1.363.938.972	21,92%
Valor equivalente em activos ponderados pelo risco operacional	747.637.922	660.382.070	87.255.852	13,21%
Total dos activos ponderados	8.332.877.363	6.881.682.540	1.451.194.824	21,09%
Rácio de Solvabilidade	**14,03%**	**17,05%**	**-3,02%**	**-17,72%**

Em 2015 o rácio de Solvabilidade situou-se nos 14,03% face aos 17,05% do ano anterior, consequência da redução ocorrida nos Fundos Próprios em cerca de 4 milhões de escudos paralellamente ao considerável aumento registado nos activos ponderados pelo risco de crédito em 1.363,9 milhões de escudos.

D. Risco de Mercado

O **Risco de Mercado** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições Activas e Passivas, detidas pela instituição, e especificamente resultantes de flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias.

A gestão do risco de mercado é monitorizada de forma contínua, sendo que os limites de actuação nos mercados são revistos e ajustados, havendo para o efeito uma avaliação de desempenho periódico em função da evolução das tendências de mercado.

E. Risco de Taxa de Juro

O **Risco de Taxa de Juro** consiste na eventualidade de variações adversas nas taxas de juro de mercado virem a afectar a margem financeira da instituição.

A avaliação da exposição deste tipo de risco é feita através dos modelos de GAP de Taxas de juro, destinados à medição dos Activos e Passivos, sensíveis às flutuações das taxas de juro de acordo com os seus prazos de maturidade.

O acompanhamento é feito regularmente, permitindo assim a quantificação dos impactos sobre a margem financeira da instituição, derivado das flutuações das taxas de Juro, permitindo a adopção de estratégias adequadas, visando a mitigação dos efeitos nefastos nos resultados do banco.

Paralelamente aos modelos internos utilizados, o banco utiliza também modelos definidos pela entidade reguladora, impostos através da Instrução Técnica nº 164/2011 do Banco de Cabo Verde.

F. Risco Cambial

É o risco que uma instituição pode ter que enfrentar por deter activos e passivos, numa determinada moeda estrangeira, estando assim exposta a uma eventual variação da taxa de câmbio.

A exposição ao risco de câmbio é analisada através do acompanhamento dos activos e passivos em moedas estrangeiras, permitindo o apuramento da posição líquida do banco face a cada moeda utilizada nas suas operações de mercado.

O banco tem seguido uma estratégia de minimização de riscos através da realização de operações maioritariamente em Euros, dada a paridade cambial existente entre o Euro e o Escudo Cabo-verdiano. Esta estratégia reduz significativamente os riscos esperados relacionados com a dotação de Activos e Passivos em moeda estrangeira, reduzindo por conseguinte os impactos no Produto Bancário da instituição.

G. Risco Liquidez

O Risco de Liquidez resulta da incapacidade do Banco em poder dispor, em qualquer momento, de fundos necessários para satisfazer todos os seus compromissos a um custo aceitável e compensador.

A monitorização do Risco de Liquidez é feita através da análise dos GAP de liquidez, em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, de forma a evidenciar os desajustamentos existentes entre os Activos e Passivos por intervalos temporais.

O banco também utiliza os modelos impostos pela entidade reguladora no âmbito da gestão do risco de liquidez, nomeadamente, o cálculo de rácios de cobertura de responsabilidades, instituído pelo Aviso nº8/2007 nº 42 de 19 de Novembro de 2007, como também, o mapa de liquidez definido pela Instrução Técnica nº 165/2012 do Banco de Cabo Verde.

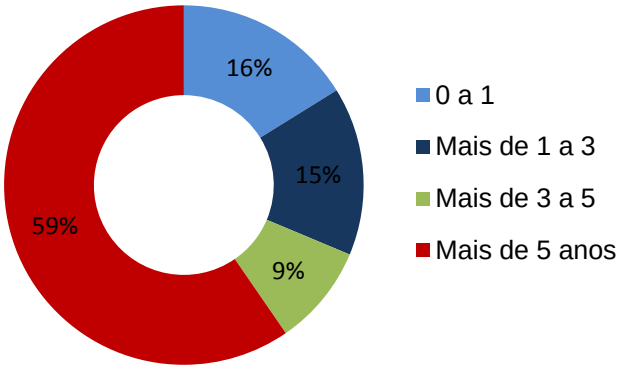
9. Recursos Humanos

O efectivo de trabalhadores durante os exercícios de 2015 e 2014, resume-se conforme segue no quadro abaixo.

	2015	2014
Conselho de Administração	5	5
Direcção	9	8
Secretariado	2	2
Técnicos	60	54
Outras funções	5	4
Total	**81**	**73**

No ano de 2015, o escalão de antiguidade com maior representatividade de colaboradores corresponde ao com mais de 5 anos (47 colaboradores), que se traduz em 59% do universo do efectivo do BAICV.

O escalão de antiguidade com menor n.º de colaboradores corresponde ao de mais de 3 a 5 anos, com apenas 7 colaboradores.



10. Responsabilidade Social

Responsabilidade Social Empresarial

A responsabilidade social empresarial é um conceito criado para ajudar as empresas a integrar de forma voluntária preocupações sociais e ecológicas, nas suas actividades de negócios e relações com os stakeholders.

Foram levadas a cabo as seguintes acções internas, cujo foco principal foram os colaboradores do Banco:

Voluntariado Empresarial

No ano passado o Banco contou com os seus colaboradores numa acção de recolha de elementos não perecíveis, a fim de serem remetidos a uma Associação que apoia os idosos em Cabo Verde.

Com isso acreditamos que passará a estar cada vez mais incutido no seio dos colaboradores do BAICV o espírito de voluntariado.

Cidadania Empresarial

No que se refere às acções de cidadania empresarial, segue abaixo as acções realizadas:

Educação

No âmbito da relação de parceria existente entre o BAICV e a Associação Black Panthers, durante o ano de 2015 apoiámos no pagamento das propinas e material escolar dos estudantes bolseiros da associação carenciados, e reforçámos o apoio no desenvolvimento de acções sociais da associação, junto da comunidade mais vulnerável da Várzea da Companhia.

O Banco renovou a sua parceria com a FICASE (Fundação Cabo-Verdiana de Ação Social Escolar), tendo apoiado a instituição na campanha nacional de distribuição de Kits escolares. Com esta parceria pudemos ajudar os alunos carenciados do ensino básico de todos os conselhos do país.

Saúde

No que toca à saúde, no ano passado apoiámos a Sociedade Ortopédica de Língua Portuguesa (SOLP) na realização do IV Congresso dos Ortopedistas da CPLP, que teve lugar na ilha do Sal.

O BAICV apoiou os Hospitais Agostinho Neto, Baptista de Sousa e Hospital de Espargos nas actividades realizadas pelas Pediatrias dos mesmos, alusivas à comemoração do dia internacional da criança. Fomos também parceiros do Hospital Agostinho Neto no seu projecto de alargamento da idade máxima de atendimento na pediatria, tendo passado de 10 a 13 anos.

Cultura

No âmbito de uma visita da Administração do Município de Catumbela de Angola a Cabo Verde, que terá surgido de um intercâmbio com a Associação Nós Herança de Batucadeiras de Cidade Velha, o BAICV apoiou a associação no pagamento do transporte dos elementos da delegação durante o período da visita, visando claro uma troca de experiencia entre as instituições dos 2 países.

A promoção da cultura é fundamental na formação dos indivíduos, e com isso o Banco decidiu patrocinar a Editora Rosa de Porcelana no lançamento do livro intitulado "Cabo Verde: A Gestão das Impossibilidades" de Dr. José Maria Neves.

Também patrocinamos a Comissão Nacional Organizadora das Comemorações do 40º Aniversário da Independência (CN40), nas comemorações do 40º Aniversário de Independência de Cabo Verde.

Outra parceria feita no ano de 2015 foi com a Fundação Infância Feliz, em que patrocinámos a deslocação de um participante na 7ª edição do Festival de Vozes da Diáspora que decorreu em Boston.

Com a Câmara Municipal de Santa Catarina, numa perspectiva de criar empatia, considerando a presença do BAICV no município, através da agência aberta em Assomada, patrocinámos a comemoração de Festas de Santa Catarina.

Também fizemos uma parceria com a Unitel T+, no âmbito da realização do Festival Panda em Cabo Verde que decorreu nas cidades da Praia e do Mindelo, no início de Dezembro do ano passado. O festival contou com jogos, músicas e brincadeiras para animar a criançada.

Valores atribuídos

Instituição	Valor
Associação Black Panthers	160.500$00
FICASE	500.000$00
Sociedade Ortopédica de Língua Portuguesa	500.000$00
Hospital Agostinho Neto	700.000$00
Hospital Baptista de Sousa	100.000$00
Hospital de Espargos	100.000$00
Associação Nós Herança de Batucadeiras de Cidade Velha	210.000$00
Rosa de Porcelana Editora	661.590$00
Comissão Nacional Organizadora das Comemorações do 40º Aniversário da Independência (CN40)	500.000$00
Fundação Infância Feliz	141.000$00
Câmara Municipal de Santa Catarina	500.000$00
Outros	200.000$00
TOTAL	4.273.090$00

Em 2015, a maioria das acções realizadas pelo Banco foi no sentido de consolidar as parcerias anteriormente realizadas com algumas instituições, na espectativa de reforçar as relações de parcerias bem como a imagem do BAICV junto do mercado em geral.

11. Análise Financeira

A. Elementos do Balanço

O **Activo Líquido** ascendeu a 13.987,6 Milhões de escudos em 2015, representando uma redução de -7,4% (-1.116,3 Milhões de escudos) face ao ano transacto. A variação negativa da rubrica, deve–se, essencialmente, ao efeito conjugado da (i) diminuição das **Aplicações em instituições de crédito** em 1.217,7 Milhões de escudos (-47,6%), (ii) da redução das **Disponibilidades em outras instituições de crédito** em 1.122,3 (-93,5%), e (iii) aumento de Crédito de Clientes em 1.745,9 Milhões de escudos (37,4%).

O **Passivo** diminui 8,1%, o equivalente a 1.134,2 Milhões de escudos, resultante, essencialmente, do efeito conjugado da diminuição significativa dos **Recursos de clientes e outros empréstimos** em 1.593 Milhões de escudos (-19,8%), e do aumento dos **Recursos de outras instituições de crédito** de 451 Milhões de escudos (+7,9%).

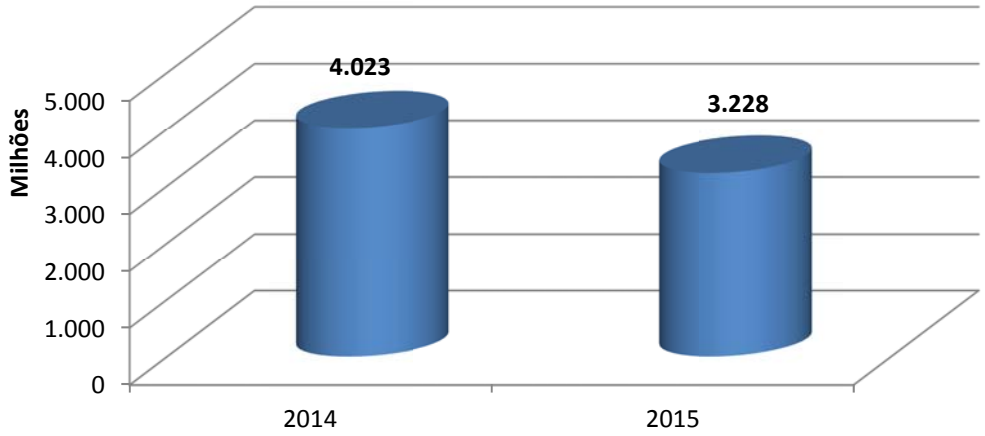
Os **Capitais Próprios** aumentaram 1,8%, o equivalente a 17,9 Milhões de escudos, registando um saldo final de 1.033,5 Milhões de escudos.

A rubrica **Caixa e Disponibilidades em bancos centrais** registou um aumento de 7,5% face ao período transacto, no montante de 90,9 Milhões de escudos, derivado do incremento dos Recursos de clientes e outros empréstimos.

Essa disponibilidade no banco central tem uma gestão muito mais criteriosa, devido a penalização em caso de incumprimento das reservas mínimas de caixa, e do excesso que é aplicado em activos remunerados, nomeadamente em instrumentos do Banco de Cabo Verde (TIM e TRM) e mesmo no MMI-Mercado Monetário Interbancário, que ainda continua demonstrando uma maior rentabilidade e atractividade do mercado monetário interno face ao mercado Europeu.

Comparativamente a 2014, a Carteira de Títulos atingiu o montante de 3.227,9 Milhões de escudos (-19,7% face a 2014), resultante da reclassificação das Obrigações de Tesouro dos **Activos Detidos para Negociação** (ocasionando uma diminuição de 4.021,5 Milhões de escudos) para os **Activos financeiros disponíveis para venda,** provocando um acréscimo de 3.227,9 Milhões de escudos nesta última.

Activos Financeiros



O saldo de 3.227,9 milhões escudos dos **Activos Financeiros Disponíveis para Venda** inclui essencialmente os títulos das obrigações do tesouro do Estado de Cabo Verde.

Em 31 de Dezembro de 2015, a nossa carteira de **Aplicações em Instituições de Crédito** apresentava um saldo de 1.338,1 Milhões de escudos, cuja variação foi de -47,6% em comparação com o ano transacto.

A carteira de **Créditos sobre Clientes** atingiu em Dezembro de 2015 um total bruto de 6.696,1 Milhões de escudos, cuja taxa de transformação situa-se em 99,4% face a 58% em 2014, e representa 45,4% do total de Activo Bruto.

O crédito "Empréstimo a Médio e Longo Prazo" representa 65,7% do total do crédito bruto, seguido dos créditos "Titulados" com 14%, do crédito "Habitação" representando 8%, do crédito "Conta Corrente Caucionada" representando 5,3% do total do crédito bruto. Os descobertos em depósito à ordem tiveram alguma predominância, representando 1,3%.

O segmento de empresas lidera a carteira de créditos, com 87,3%, enquanto o segmento de particulares atingiu 8,5%, seguido do crédito aos colaboradores, que representa 2,9%.

O rácio de incumprimento situou-se em 12,2%, face a 10,9% em 2014. Portanto houve uma redução do crédito vencido (expurgando os créditos titulados) em 118,6 milhões de escudos (-22,3%).

O saldo da rubrica **Imparidade de crédito a clientes**, no final do exercício de 2015, apresenta um valor de 285,9 Milhões escudos, cuja variação face ao ano transacto foi de 26%, representando 4,3% do crédito total bruto.

A 31 de Dezembro de 2015, os **Activos Tangíveis** líquidos das amortizações, sofreram um crescimento de 110,4 Milhões de escudos, em relação ao período homólogo. Por estarem afectos à actividade do banco, contemplam bens e valores de carácter permanente, reflectindo as aquisições e depreciações ao longo do exercício económico.

Quanto aos **Activos Intangíveis** (líquido), diminuíram 6,3 Milhões de escudos, atingindo um total de 29,5 Milhões de escudos em termos líquidos, englobando basicamente sistemas informáticos.

A rubrica de "**Outros Activos**" registou uma diminuição de 5,1%, apresentando um saldo final a 31 de Dezembro de 2015 de 164,5 Milhões de escudos, resultante essencialmente da variação ocorrida na rubrica "Outras operações a regularizar" em -13 milhões de escudos, respeitante a movimentos saldados no ano seguinte, nomeadamente a regularização do stock do economato e contas de compensação.

Os **"Activos por impostos Correntes"**, que incluem IUR a recuperar, aumentaram em 19,5%.

Os "**Recursos de Outras Instituições de Crédito**" ascenderam ao montante de 6.163 Milhões de escudos, registando uma variação de 7,9%, representando na sua quase totalidade, depósitos à ordem e a prazo, de instituições do Grupo BAI.

A carteira de **Depósitos de Clientes** sofreu uma redução de 19,8%, cujo saldo final foi de 6.453 Milhões de escudos, na sua maioria constituída por depósitos de Empresas com 68% (4.303 Milhões de escudos) seguido de particulares com 24% (1.1575 Milhões de escudos), emigrantes com 6,2% (390 Milhões de escudos), Outros com 0,4% (28 Milhões de escudos) e colaboradores com 0,4% (27 Milhões de escudos).

De salientar, que apesar do segmento empresas liderar em termos de saldos, em termos de número de clientes, 82,7% (11.397 clientes) são particulares e 12,2% (1.681 clientes) são empresas.

As modalidades de depósitos à ordem têm liderado o ranking dos recursos (51,6%), no entanto a variação foi negativa na ordem dos 37% (-1.912 milhões de escudos), seguido dos depósitos a prazo (48,4%).

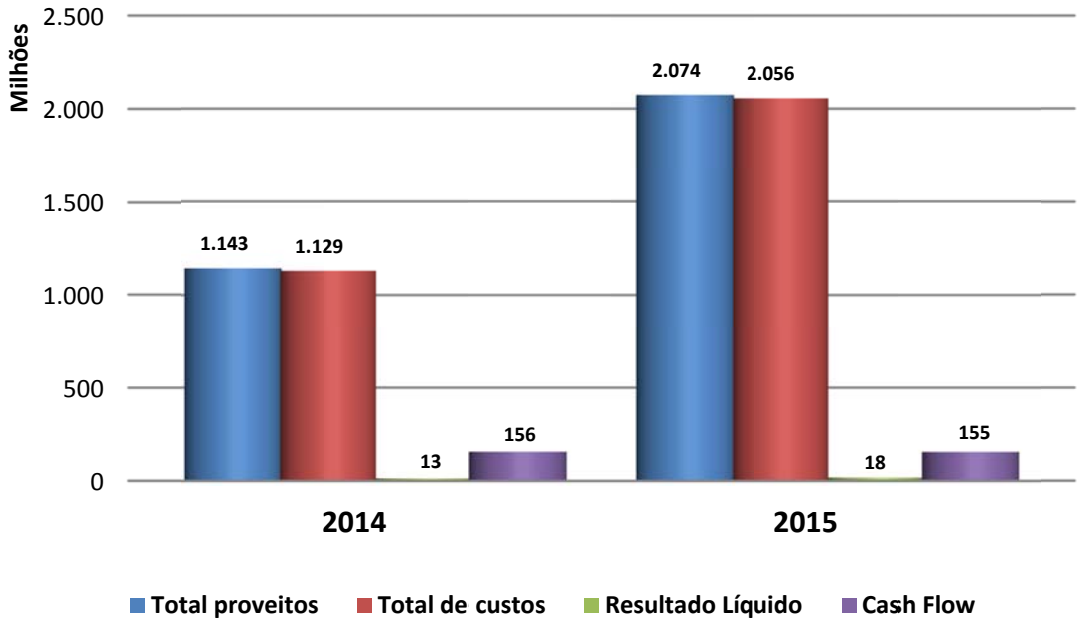
O saldo de 1,9 milhões apresentado na rubrica de **Passivos por impostos correntes**, corresponde ao IRPC apurado no exercício de 2015, e que será liquidado no exercício de 2016.

A variação positiva na rubrica "**Outros Passivos**" ascendeu a 7,3%, o equivalente a 5,8 Milhões de escudos, cujo saldo final situou-se em 85,1 Milhões de escudos.

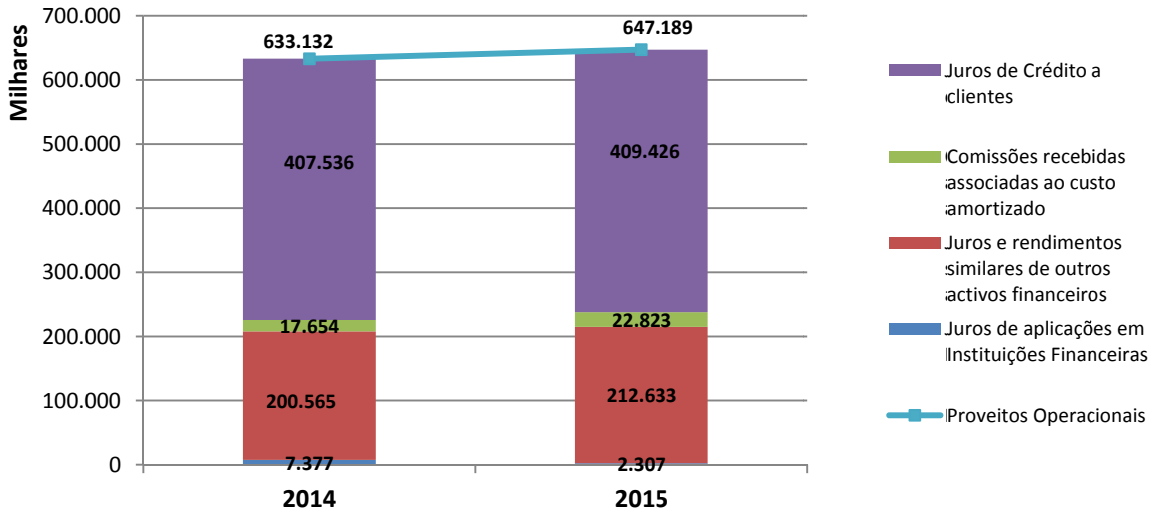
Os **Capitais Próprios** aumentaram 1,8%, equivalente em termos absolutos a 17,9 Milhões de escudos, registando um saldo final de 1.033,5 Milhões escudos, derivado do Resultado Líquido acumulado do período.

B. Elementos da Demonstração de Resultados

O **Resultado Líquido** apurado no final do exercício em Dezembro de 2015 foi de 17,9 Milhões de escudos, registando uma melhoria de 33,4%, o que demonstra que os proveitos e ganhos foram superiores aos custos e perdas do período.



Nos juros recebidos constata-se que houve uma melhoria moderada cuja variação foi de 2,2%, com destaque para os Juros e rendimentos similares de outros activos financeiros que aumentaram 6%, o correspondente a 12 Milhões de escudos.



Os Juros de Crédito a Clientes registaram-se um ligeiro aumento de 1,9 milhões, situando-se em 409,4 milhões em 2015, face aos 407,5 milhões em 2014.

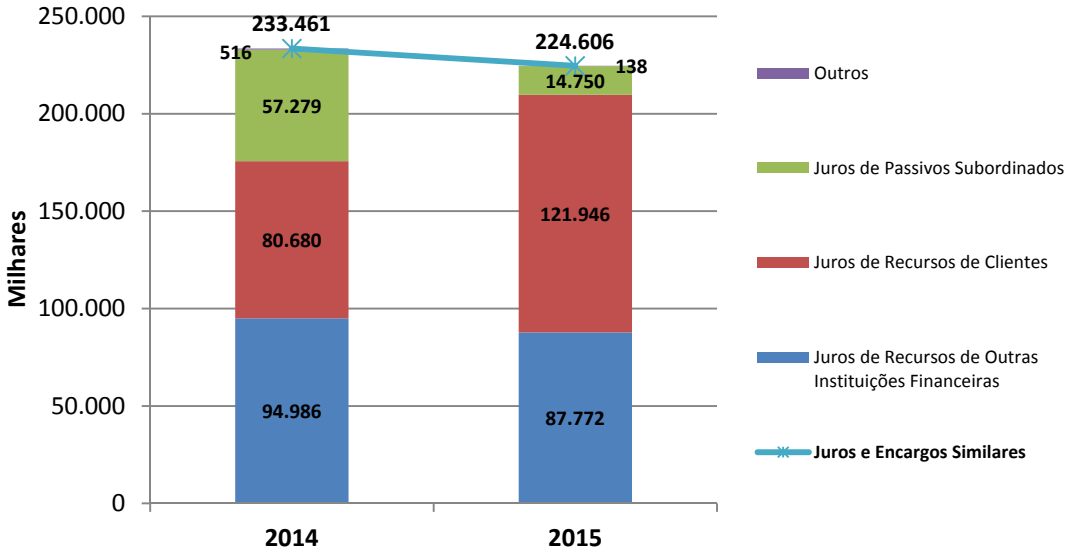
Os **Juros de Aplicações em Instituições Crédito** registaram uma redução na ordem dos 70%, situando-se nos 2,3 Milhões de escudos face aos 7,4 Milhões de escudos relativamente ao ano transacto, repartido pelos **Juros de Aplicações em Instituições Financeiras no país**, com um peso de 56%, seguido dos **Juros de Aplicações em Instituições Financeiras no Estrangeiro** com um peso de 44% do total.

Relativamente aos **Juros sobre Activos Financeiros** constituídos basicamente por obrigações do tesouro, pertencente ao mercado de capitais representado pela Bolsa de Valores, assinalaram uma variação positiva de 12.068 mil escudos.

Os **Juros das operações passivas** registaram um agravamento em 3,8%, situando-se nos 224,6 Milhões de escudos em 31 de Dezembro de 2015, devido essencialmente ao aumento da carteira de depósitos a prazo nos segmentos empresas e particulares.

Para os **Recursos de Outras Instituições Financeiras**, o banco suportou em juros o montante de 87,8 Milhões escudos, cuja variação foi de -7,6%, sendo 57 Milhões (65%) resultantes de Empréstimos e 30,6 Milhões (34,9%) de depósitos a prazo de instituições de crédito no estrangeiro.

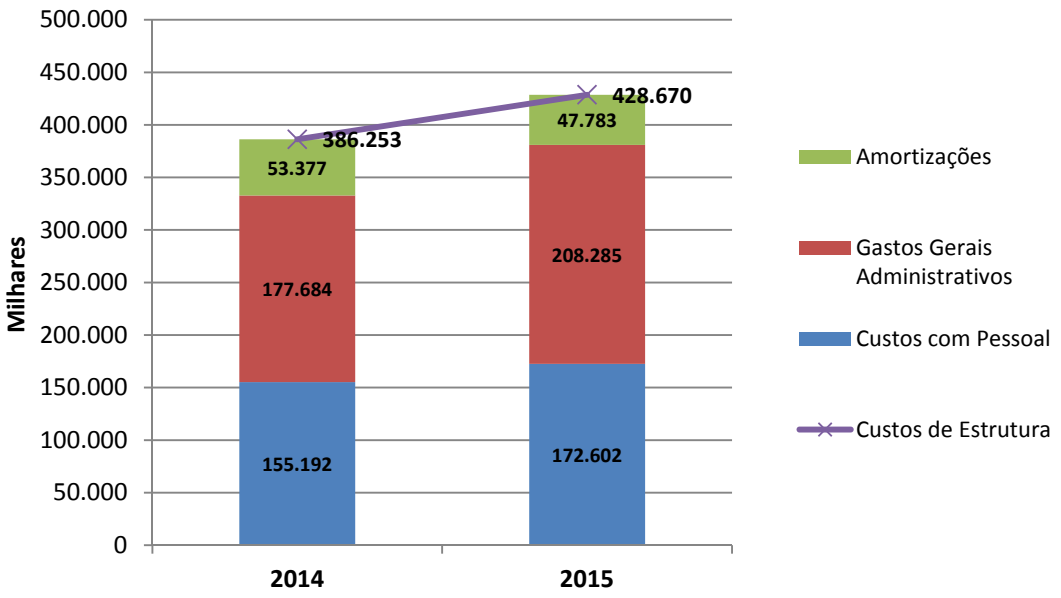
Os **Juros Subordinados dos Empréstimos obrigacionistas** foram cerca de 14,9 Milhões de escudos em Dezembro de 2015 face os 57,7 Milhões de escudos no ano transacto, a diminuição da rubrica deve-se ao efeito da liquidação antecipada de 75% dos títulos do BAICV. A **Margem Complementar** evoluiu cerca de 24 Milhões de escudos face ao ano transacto, situando-se nos 113,5 Milhões de escudos. Este aumento resulta essencialmente da variação positiva dos Rendimentos com serviços e comissões de 78,5 Milhões de escudos, não obstante a redução ocorrida na rubrica **Resultados de Activos e Passivos avaliados ao justo valor através de resultados** em 22,8 milhões de escudos e nos **Resultados de alienação de outros activos** em 19,9 Milhões de escudos.



Os **Rendimentos com Serviços e Comissões** registaram uma variação positiva face ao período homólogo, fruto do aumento das Comissões recebidas por serviços prestados em 67,9 Milhões de escudos, essencialmente na rubrica "Operações Cambiais" explicada pela alteração da contabilização dos ganhos em operações cambiais nas operações com os clientes qua passaram a ser registados em comissões recebidas. Paralelamente ao aumento das outras comissões recebidas em 9 Milhões de escudos, nomeadamente comissão de prorrogação/cancelamento e comissão de liquidação/execução.

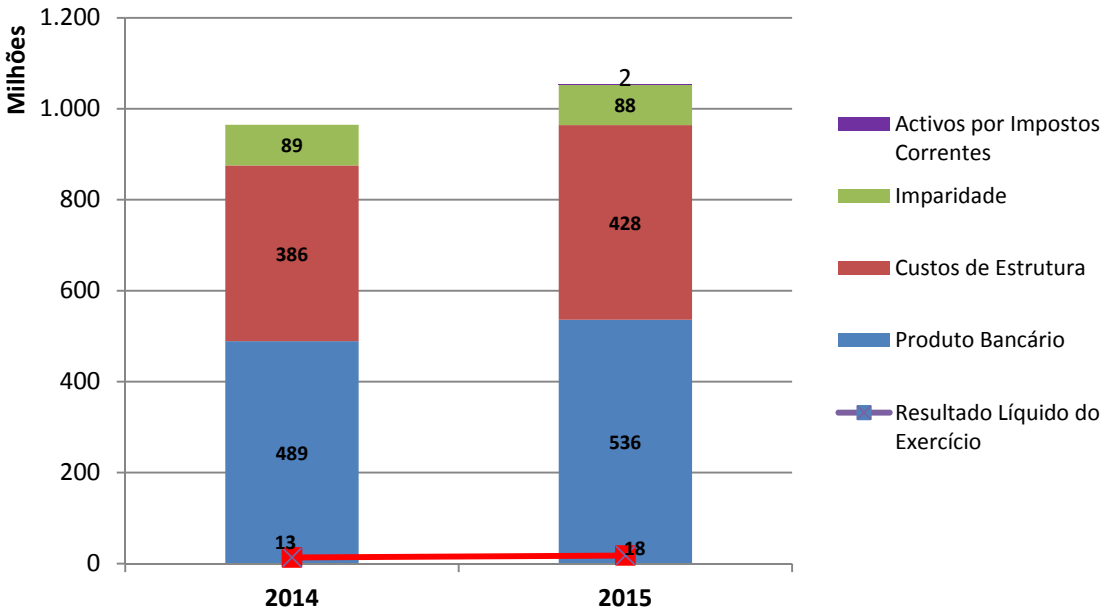
Os **Custos de Estrutura** (Custos com Pessoal, Custos Administrativos e Amortizações) evoluíram em +41 Milhões de escudos em relação ao exercício anterior, impulsionado pelo aumento dos Gastos Gerais Administrativos em 17% (+30,6 Milhões de escudos) e dos Custos com Pessoal em 11,2% (+17 Milhões de escudos).

O **Rácio *Cost to Income*** situou-se nos 79,8% em 2015, mais 0,8 ponto percentual que em 2014 (79%), reflectindo essencialmente o resultado crescente dos custos de estrutura uma vez que registou-se um aumento do Produto Bancário.



Os **Custos com Pessoal** que representam 40,3% do total dos custos de estrutura, assinalaram um aumento de 11,2%, equivalente a 17,4 Milhões de escudos, e os Gastos Gerais Administrativos que representam 48,7% do custo total de estrutura, cresceram 17%, cerca de 30,6 Milhões de escudos. Em relação a **Amortizações,** a rubrica atingiu 47 Milhões escudos, uma variação negativa de 11,98%, representando 11% do custo total de estrutura.

O Resultado Líquido positivo situou-se em 17,9 Milhões escudos, registando uma melhoria face ao período homólogo em 4,5 Milhões escudos, aumentando 33,4%, derivado da evolução positiva do Produto Bancário ocorrido em 2015.



C. Indicadores Económicos e Financeiros

Os principais indicadores económicos de desempenho e prudenciais do BAICV registaram uma melhoria face ao ano de 2014, derivado do Resultado positivo do Exercício.

A **rentabilidade dos capitais próprios (ROE)**, por via dos Resultados Líquidos positivos, registou uma melhoria de 0,4 pontos percentuais face ao ano anterior, passando para 1,7%, e a **rentabilidade dos activos (ROA)** com uma ligeira melhoria de 0,04 pontos percentuais passou de 0,09% para 0,13%.

A **taxa de transformação primária** (considerando somente os depósitos de clientes) situou-se em 99,3% (contra 58% de Dezembro de 2014), e a **taxa de transformação 2** (considerando todos os recursos nomeadamente recursos de Outras Instituições Financeiras-OIFs e os passivos subordinados) situou-se nos 84,1% (contra 52,5% de Dezembro de 2014).

Em termos de Funcionamento, destaque para o **Cost-to-Income**, indicador de eficiência que relaciona os custos de estrutura com o produto bancário, atingiu os 79,8%, valor ligeiramente superior aos 79% registados em Dezembro de 2014, fruto de um ligeiro aumento da estrutura de custos da instituição face ao Produto Bancário.

A nível de **Produtividade**, verificou-se uma melhoria no rácio número de clientes por empregado, passando de 158 para 175, devido à evolução significativa no número de clientes (+2.396 clientes que em 2014). O Banco fechou o ano com um efectivo de 79 colaboradores, 6 agências e 13.789 clientes. Contudo, o rácio activo líquido sobre o número de empregados diminuiu para os 177,4 Milhões de escudos por empregado, por via da redução ocorrida no Activo Líquido.

O rácio do **Custos de Estrutura/Activo Líquido** atingiu os 3,1%, mais 0,5 pontos percentuais que em 2014.

A nível de gestão de fundos, a carteira de depósitos representa 46% do total de activo, e realce para a concentração dos 20 maiores depositantes no total da carteira de depósitos que atingiu os 61,5% em 2015.

Quanto a Qualidade dos Activos, o rácio do crédito vencido sobre o crédito total bruto registou um agravamento de 1,3 p.p fixando-se em 12,2% contra 10,9% em 2014. Quanto ao rácio de imparidade de crédito a clientes sobre o crédito total passou para 4,3% em 2015 contra 4,6% em 2014.

Prudenciais

Os **Fundos Próprios** da Instituição registaram uma variação negativa de 0,4%, situando-se em 1.169,1 Milhões de escudos face a 1.173,3 Milhões de escudos de Dezembro de 2014, derivado da redução dos empréstimos subordinados de cerca de 750 Milhões de escudos.

O **Rácio de Solvabilidade** registou uma diminuição face a Dezembro de 2014, passando de 17,05% para 14,03%, cuja variação foi de -3%, em consequência do considerável aumento da carteira de crédito.

A **Cobertura de Imobilizado**, tendo em conta que não pode apresentar um grau de cobertura inferior a 100% e não ultrapassar o valor dos fundos próprios, registou um grau de cobertura de 332,5% contra 494,8% do ano 2014.

O rácio que relaciona os Títulos de Dívida Pública com os recursos de clientes apresenta um excesso na ordem dos 2.825 Milhões escudos fazendo com que o Banco tenha em aplicações em títulos 49,7% do total das suas responsabilidades da carteira de clientes, acima do mínimo de 5% exigido pelo Banco Central.

12. Aprovação do Conselho de Administração

Os administradores do BAI Cabo Verde são os responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

É convicção da Administração que para satisfazer esta responsabilidade, o Banco dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 auditadas e constantes das páginas seguintes foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26/02/2016, e vão ser assinadas em seu nome por:

Luís Filipe Rodrigues Lélis
Presidente do Conselho de Administração

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves
Presidente da Comissão Executiva

Manuel Jesus Costa
Administrador Não Executivo

Carla Monteiro do Rosário
Administradora Executiva

David Luís Dupret Hopffer Almada
Administrador Executivo

13. Demonstrações Financeiras

A. Balanço

ECV

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Valor Bruto	Provisões, Imparidade e amortizações	Valor Liquido	Valor Líquido
		2015			2014
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	1.307.143.281	-	1.307.143.281	1.216.160.061
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	78.523.851	-	78.523.851	1.200.907.471
Activos financeiros detidos para negociação	8	-	-	-	4.021.543.419
Activos financeiros disponíveis para venda	9	3.227.911.265	-	3.227.911.265	1.143.510
Aplicações em instituições de crédito	10	1.338.148.440	-	1.338.148.440	2.555.876.095
Crédito a Clientes	11	6.696.127.507	285.879.917	6.410.247.590	4.664.374.928
Activos não correntes detidos para venda	12	1.082.231.119	5.148.950	1.077.082.169	992.348.135
Outros activos tangíveis	13	762.078.885	418.156.598	343.922.287	233.490.444
Activos intangíveis	14	58.442.521	28.909.349	29.533.172	35.798.335
Activos por impostos correntes	15	10.604.555	-	10.604.555	8.876.871
Outros Activos	16	198.438.370	33.925.242	164.513.128	173.435.295
Total de activos		**14.759.649.794**	**772.020.056**	**13.987.629.738**	**15.103.954.563**
Passivo					
Recursos de outras instituições de crédito	17			6.163.663.256	5.711.955.168
Recursos de clientes e outros empréstimos	18			6.452.965.072	8.046.724.256
Passivos por Impostos Correntes	15			1.916.478	-
Outros passivos subordinados	19			250.432.953	250.294.886
Outros passivos	16			85.115.618	79.314.451
Total de Passivo				**12.954.093.377**	**14.088.288.760**
Capital					
Capital	20			2.330.795.000	2.330.795.000
Reservas de reavaliação				- 7.116	- 7.116
Outras reservas e resultados transitados	21			- 1.315.122.081	- 1.328.518.985
Resultado do exercício				**17.870.558**	**13.396.904**
(Dividendos antecipados)					
Total de Capital				**1.033.536.361**	**1.015.665.803**
Total de Passivo + Capital				**13.987.629.738**	**15.103.954.563**

O Presidente Comissão Executiva

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

O Contabilista certificado

Hercules Lima Cruz

B. Demonstração de Resultados

ECV

Rubricas	Notas / Quadros anexos	2015	2014
Juros e rendimentos similares	22	647.188.833	633.131.686
Juros e encargos similares	22	224.605.994	233.461.096
Margem Financeira		**422.582.839**	**399.670.590**
Rendimentos de instrumentos de capital		1.558	-
Rendimentos com serviços e comissões	23	131.897.435	53.360.333
Encargos com serviços e comissões	23	4.125.169	10.461.500
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	24	- 23.151.873	- 338.276
Resultados de reavaliação cambial	25	16.702.757	27.848.407
Resultados de alienação de outros activos	26	- 1.512.206	18.383.010
Outros resultados de exploração	27	- 6.354.510	579.821
Produto Bancário		**536.040.831**	**489.042.385**
Custos com pessoal	28	172.601.696	155.191.849
Gastos gerais administrativos	29	208.285.181	177.683.987
Amortizações do exercício	13,14	46.980.217	53.376.692
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	11	88.386.701	68.986.651
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	16	-	20.406.302
Resultados antes de Impostos		**19.787.036**	**13.396.904**
Impostos		-	-
Correntes	30	1.916.478	-
Resultados após Impostos		**17.870.558**	**13.396.904**

O Presidente Comissão Executiva

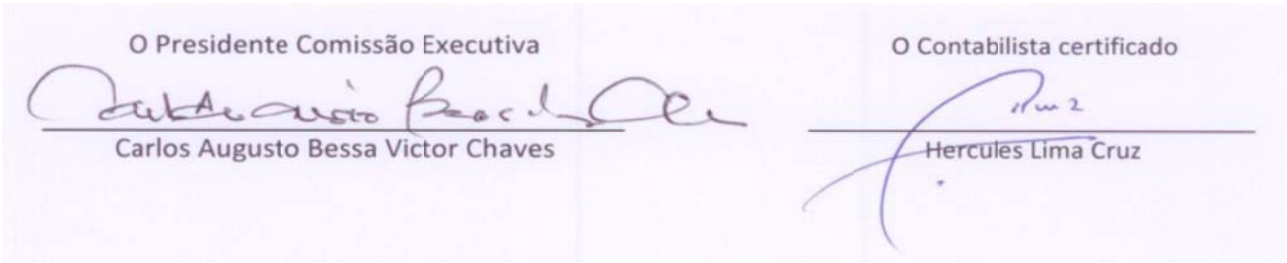
Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

O Contabilista certificado

Hercules Lima Cruz

C. Demonstração de Rendimento Integral

	31-Dez-15	31-Dez-14
Resultado Líquido	**17.870.558**	**13.396.904**
Activos financeiros disponíveis para venda		
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para	-	-
Impacto fiscal	-	-
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	**0**	**0**
Rendimento Integral Individual	**17.870.558**	**13.396.904**



D. Demonstração de Alterações no Capital Próprio

	Capital social	Outros instrumentos de capital próprio	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado liquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 01 de Janeiro de 2014	2.330.795.000	-	-	- 7.116	- 1.189.277.882	- 139.241.103	1.002.268.899
Resultado liquido do exercício	-	-	-	-	-	13.396.904	13.396.904
Resultados transitados	-	-	-	-	- 139.241.103	139.241.103	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	2.330.795.000	-	-	- 7.116	- 1.328.518.985	13.396.904	1.015.665.803
Resultado liquido do exercício	-	-	-	-	-	17.870.558	17.870.558
Resultados transitados	-	-	-	-	13.396.904	- 13.396.904	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	2.330.795.000	-	-	- 7.116	- 1.315.122.082	17.870.558	1.033.536.360

O Presidente Comissão Executiva

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

O Contabilista certificado

Hercules Lima Cruz

E. Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2015	2014
Fluxo de caixa proveniente de actividades operacionais		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	735.419.169	684.941.855
Juros, comissões e outros proveitos pagos	- 185.999.179	- 176.689.754
Outros pagamentos e recebimentos operacionais	- 8.319.929	- 205.034
Pagamentos a empregados e fornecedores	- 372.543.163	- 323.975.555
Fluxo de caixa proveniente do resultado operacional antes da variação dos activos e passivos operacionais	**168.556.898**	**184.071.512**
(Aumentos) Diminuições de activos operacionais		
Depósitos em Bancos Centrais	-	-
Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis par	764.164.000	- 1.219.215.724
Activos financeiros detidos até a maturidade	-	190.000.000
Aplicações em instituições de crédito	1.217.721.000	- 533.850.200
Créditos sobre clientes	- 2.010.645.919	- 575.887.578
Outros activos	36.694.271	- 5.740.533
Aumentos (Diminuições) de passivos operacionais		
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	445.208.173	701.230.170
Recuros de clientes	- 1.615.103.184	3.742.292.763
Outros passivos	- 3.529.784	- 4.871.724
Fluxo de caixa líquido proveniente de actividades operacionais	**- 1.165.491.443**	**2.293.957.174**
Fluxo de caixa proveniente de actividades de investimento		
Aquisição de activos intangíveis	3.187.248	- 14.164.734
Aquisição de activos tangíveis	- 34.505.965	- 1.659.002
Receitas de venda de activos tangíveis	-	-
Fluxo líquido proveniente de actividades de investimento	**- 31.318.717**	**- 15.823.736**
Fluxo de caixa proveniente de actividades de financiamento		
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	- 750.000.000
Realização de capital	-	-
Prestações suplementares	-	-
Juros e gastos similares	- 14.750.000	- 59.000.000
Fluxo de caixa líquido proveniente de actividades de financiamento	**- 14.750.000**	**- 809.000.000**
Variação líquido de Caixa e equivalentes de caixa	- 1.043.003.262	1.653.204.949
Caixa e equivalentes de caixa no início do periodo	2.417.067.532	731.007.016
Efeitos de diferenças de câmbio em Caixa e seus equivalentes	11.602.862	32.855.567
Caixa e Equivalentes de caixa no final do periodo	**1.385.667.132**	**2.417.067.532**

O Presidente Comissão Executiva

Carlos Augusto Bessa Victor Chaves

O Contabilista certificado

Hercules Lima Cruz

14. Proposta de Aplicação e Distribuição de Resultados

O Conselho de Administração propõe, tendo em consideração as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido no montante de 17.870.558$00 (dezassete milhões, oitocentos e setenta mil, quinhentos e cinquenta e cinco escudos cabo-verdianos) seja totalmente utilizado para cobertura dos prejuízos dos exercícios anteriores.

15. Notas às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2015 e 2014

(Montantes expressos em Escudos Cabo-verdianos)

ENQUADRAMENTO

O Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. (BAICV ou BAI Cabo Verde, S.A.) é uma instituição de crédito de capitais privados, constituída sob a forma de sociedade anónima por escritura pública em 31 de Março de 2008, com o NIF 254746420, registada na Conservatória do Registo Predial, Comercial e Automóvel da Praia com o n.º 2728, registada no Banco de Cabo Verde com o n.º 01/2008, tendo iniciado a sua actividade em 21 de Outubro de 2008.

A sede do Banco está localizada no edifício BAI Center, Avenida de Lisboa, Chã D'Areia, na cidade da Praia.

Com um capital social de 2.330.795.000$00 (dois mil milhões, trezentos e trinta milhões, setecentos e noventa e cinco mil escudos cabo-verdianos), totalmente realizado, o Banco tem como principais accionistas o BAI - Banco Angolano de Investimentos, S.A., a Sonangol Cabo Verde - Sociedade de Investimentos, S.A. e a SOGEI- Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.

O BAICV apresenta-se como um banco universal, podendo praticar todas as operações bancárias e financeiras permitidas por lei. Entretanto, o Banco tem como estratégia o desenvolvimento de actividade de banca de empresas, *Project finance*, banca de investimentos e *private banking*.

O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do BAI Cabo Verde, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovados pelo Conselho de Administração do Banco, em 26/02/2016, devendo os mesmos ser sujeitos à aprovação da Assembleia Geral, convocada para o efeito, a realizar em 31/03/2016.

As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão reportam ao BAICV enquanto instituição individual e encontram-se expressas em Escudos Cabo-verdianos (ECV), sendo os montantes divulgados nas Demonstrações Financeiras referidos à unidade daquela moeda.

NOTA 1 - BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E COMPARABILIDADE

As Demonstrações Financeiras do BAICV foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental, mantidos de acordo com os princípios consagrados no Novo Plano de Contas (Conforme o Anexo à Instrução nº135/2009 do BCV), e demais disposições emitidas pelo Banco de Cabo Verde, na sequência da competência que lhe é conferida pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As Demonstrações Financeiras do Banco referente aos exercícios de 2015 e 2014, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), tal como determinado pelo Banco de Cabo Verde no seu aviso nº 2/2007, e são directamente comparáveis.

Apresenta-se no quadro abaixo o resumo das normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), com aplicação nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015 e seguintes:

Descrição	Alteração	Data efetiva
1. Alterações e interpretações efetivas a 31 de dezembro de 2015		
· Melhorias às normas 2011 – 2013	Clarificações	1 de janeiro de 2015
· IFRIC 21 – 'Taxas ' ("Levies")	Nova interpretação – Contabilização de passivos por taxas	1 de janeiro de 2015
2.Alterações efetivas em ou após 1 de fevereiro de 2015		
· Melhorias às normas 2010 – 2012	Clarificações	1 de fevereiro de 2015
· IAS 19 – Planos de benefícios definidos	Contabilização das contribuições de empregado ou outras entidades	1 de fevereiro de 2015
· IAS 16 e IAS 38 – Métodos de cálculo de amortização/ depreciação	Os métodos de depreciação/ amortização baseados no rédito, não são permitidos.	1 de janeiro de 2016
· IAS 16 e IAS 41 – Agricultura: Plantas que produzem ativos biológicos consumíveis	Plantas que apenas produzem ativos biológicos consumíveis, são incluídas no âmbito da IAS 16 e são mensuradas pelo modelo do custo ou pelo modelo da revalorização.	1 de janeiro de 2016
· IFRS 11 – Acordos conjuntos	Contabilização da aquisição de um interesse numa operação conjunta que é um negócio	1 de janeiro de 2016
· IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras	Revisão das divulgações no âmbito do projeto do IASB "Disclosure Initiative"	1 de janeiro de 2016
· IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas	Opção de mensurar pelo método da equivalência patrimonial, nas DF's separadas, os investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas.	1 de janeiro de 2016
· Melhorias às normas 2012 – 2014	Clarificações várias	1 de janeiro de 2016
3. Normas e alterações efetivas, em ou após 1 de fevereiro de 2015, ainda não endossadas pela EU		
· Alterações IFRS 10, 12 e IAS 28: Entidades de investimento - aplicação da isenção de consolidar	Isenção de consolidar aplicada às entidades de investimento, extensível a uma empresa-mãe que não qualifica como Entidade de investimento mas é uma subsidiária de uma entidade de investimento.	1 de janeiro de 2016
· IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Nova norma para o tratamento contabilístico de instrumentos financeiros	1 de janeiro de 2018
· IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes	Reconhecimento do rédito relacionado com a entrega de ativos e prestação de serviços, pela aplicação o método das 5 etapas.	1 de janeiro de 2018

É convicção do Conselho de Administração que a aplicação destas novas normas e interpretações não terá um impacto material nas demonstrações financeiras do Banco.

NOTA 2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.1. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.1.1. ACTIVOS FINANCEIROS

Os activos financeiros são reconhecidos pelo BAICV na data de negociação ou contratação. Nos casos em que por imposição contratual ou legal/regulamentar os direitos e obrigações subjacentes se transferem em datas diferentes, será utilizada a última data relevante.

O BAICV classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, créditos e outros valores a receber, activos financeiros detidos até à maturidade e activos financeiros disponíveis para venda.

A gestão determina a classificação dos seus investimentos no reconhecimento inicial.

Para efeitos de interpretação o justo valor é o montante pelo qual um activo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e com igual interesse em efectuar a transacção. Na data de transacção ou negociação de uma operação, o justo valor é geralmente o valor pelo qual foi efectuada a transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor de activos financeiros é determinado com base em:

(i) Preços de um mercado activo;

(ii) Técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa ("discounted cash flows"), conforme seja apropriado; ou

(iii) Preços obtidos junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado activo, e portanto líquido, se transacciona de uma forma regular.

Para os casos em que não é possível calcular com fiabilidade o justo valor, nomeadamente instrumentos de capital ou instrumentos financeiros derivados sobre instrumentos de capital, o registo é efectuado ao custo de aquisição.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Um activo financeiro não derivado pode ser reclassificado da carteira de detidos para negociação para outra categoria de justo valor caso:

(i) Um activo respeite a definição de crédito (loans and receivables) na data da reclassificação e a instituição tenha a intenção e a possibilidade de manter o activo em carteira no curto/médio prazo ou até à maturidade;

(ii) Para os activos que não respondem ao ponto anterior, tenham ocorrido circunstâncias excepcionais e não exista, à data, a intenção de venda e compra do activo no curto.

2.1.2. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta categoria inclui os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros designados na opção de justo valor.

Um activo financeiro é classificado nesta categoria se o principal objectivo associado à sua aquisição for a venda no curto prazo ou se for designado na opção de justo valor pela gestão, respectivamente.

Apenas podem ser designados na opção de justo valor os activos financeiros que cumpram os seguintes requisitos:

(i) eliminem ou reduzam significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes, denominada "uma falta de balanceamento contabilístico");

(ii) um grupo de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho avaliado numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia documentada de gestão do risco ou de investimento, e a informação sobre o grupo é fornecida internamente ao pessoal chave da gerência da entidade nessa base; ou

(iii) se um contrato contiver um ou mais derivados embutidos, que segundo o IAS 39 têm de ser bifurcados.

Os instrumentos financeiros derivados também são classificados nesta categoria como activos financeiros detidos para negociação, excepto quando fazem parte de uma relação de cobertura.

A avaliação destes activos é efectuada periodicamente com base no justo valor. O valor de balanço dos instrumentos de dívida que se encontram registados nesta categoria inclui o montante de juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de variações de justo valor são reconhecidos em resultados.

2.1.3 CRÉDITO E OUTROS VALORES A RECEBER E PROVISÕES

Os créditos e outros valores a receber compreendem todos os activos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a actividade típica da concessão de crédito a clientes, incluindo operações de locação financeira mobiliária e imobiliária, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da actividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e não podem ser reclassificados para as restantes categorias de activos financeiros.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método pró-rata

temporis, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

Os créditos a clientes apenas são abatidos ao balanço quando expiram os direitos contratuais do Banco à sua recuperação ou forem substancialmente transferidos todos os riscos e benefícios associados à sua pertença.

O Banco classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam um (1) mês após o seu vencimento. Considera igualmente nestas situações, o montante do capital vincendo associado ao vencido. Os juros de crédito vencido são abatidos ao activo 90 dias após a data de vencimento da prestação em atraso.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extra-patrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando:

(i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial; e

(ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Na determinação das imparidades de crédito o Banco utiliza um modelo, que assenta nos seguintes principais pressupostos:

(i) Identificação de créditos com sinais de imparidade: crédito em mora há mais de 90 dias; clientes com mais de 2 cheques devolvidos num espaço de 6 meses; clientes que verifiquem cumulativamente dois dos seguintes sinais: (a) créditos em mora; (b) cheques devolvidos num espaço de 6 meses; (c) Entrada na Central de Incidentes de Cheques (CIC); e (d) realização de pagamentos atrasados num espaço de 6 meses;

(ii) Análise individual: para a carteira significativa, tendo em consideração as estimativas de recuperação efectuadas à data de reporte. Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato.

(iii) Análise colectiva: para a carteira não sujeita à análise individual, tendo em consideração o cálculo da *Probability of Default* (PD) e do *Loss Given Default* (LGD).

O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade.

2.1.5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta categoria inclui:

(i) Activos cuja intenção é a sua detenção por um período de tempo indeterminado incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade;

(ii) Outros instrumentos financeiros que no reconhecimento inicial aqui foram enquadrados, ou

(iii) Não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39, acima descritas.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda são registados ao justo valor, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

As variações, ganhos ou perdas, resultantes de alterações no justo valor destes activos são reconhecidas nos capitais próprios na rubrica de reservas de reavaliação, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de reavaliação é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros corridos, diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) e comissões incrementais, são registados em resultados, de acordo com o método de taxa efectiva. Os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os indícios de evidência de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, são:

(i) Para títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação; e

(ii) Para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa do activo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.2. PASSIVOS FINANCEIROS

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor e incluem os instrumentos financeiros derivados com valor negativo e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados:

(i) Inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos; e

(ii) Subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Caso o Banco recompre dívida emitida, esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registada em resultados.

2.3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Os Instrumentos financeiros derivados são registados ao justo valor, na data em que o Banco negoceia os contratos e são subsequentemente reavaliados ao justo valor. O justo valor é obtido através de preços de mercados cotados em mercados activos, incluindo transacções de mercado recentes, e modelos de avaliação, nomeadamente modelos de fluxos de caixa descontados.

Os derivados são considerados como activos no balanço, quando o seu justo valor é positivo e como passivos quando o seu justo valor é negativo, e com ganhos e perdas reconhecidos em resultados do exercício.

Certos derivados embutidos em outros instrumentos financeiros, como seja a indexação da rendibilidade de instrumentos de dívida ao valor das acções ou índices de acções, são bifurcados e tratados como derivados separados, quando o seu risco e características económicas não sejam íntima e claramente relacionadas com os do contrato hospedeiro e este não for mensurado ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Estes derivados embutidos são mensurados ao justo valor, com as variações subsequentes reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os derivados são também registados em contas extra-patrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional).

2.4. ACTIVOS E PASSIVOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "*multi-currency*", sendo cada operação registada exclusivamente em função das respectivas moedas.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para escudos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As conversões ou os valores em moeda estrangeira, são convertidos para ECV e as diferenças cambiais são reconhecidas em resultados.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são imediatamente registadas na posição cambial.

Sempre que estas operações conduzam a variações dos saldos líquidos das diferentes moedas, há lugar à movimentação das contas de posição cambial, à vista ou a prazo, cujo conteúdo e critério de reavaliação são como segue:

A) POSIÇÃO CAMBIAL À VISTA

A posição cambial à vista em cada moeda é dada pelo saldo líquido dos activos e passivos dessa moeda, excluindo a posição cambial à vista coberta por operações a prazo de permuta de divisas e adicionando os montantes das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo que se vençam nos dois dias úteis subsequentes. A posição cambial à vista é reavaliada diariamente com base nos câmbios indicativos do dia divulgados pelo Banco de Cabo Verde, dando origem à movimentação da conta de posição cambial (moeda nacional), por contrapartida de custos ou proveitos.

B) POSIÇÃO CAMBIAL A PRAZO

A posição cambial a prazo em cada moeda é dada pelo saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação e que não estejam a cobrir a posição cambial à vista, com exclusão das que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Todos os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo do mercado ou, na ausência destas, através do seu cálculo com base nas taxas de juro das respectivas moedas para o prazo residual de cada operação. As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos às taxas contratadas representam o custo ou o proveito da reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registadas numa conta de reavaliação da posição cambial por contrapartida de contas de custos ou proveitos.

2.5. RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam consideradas parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

2.6. RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

(i) Rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;

(ii) Rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos no período a que se referem; e

(iii) Rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados, de acordo com o método da taxa de juro efectiva.

Os rendimentos de serviços e comissões associados à prestação de serviços na área de "*Corporate Finance*" são reconhecidos em resultados, na medida em que são prestados por contrapartida da rubrica de Outros activos, independentemente de serem de imediato facturados, ou quando o plano financeiro difere do plano de realização do trabalho e assim dá origem ao registo dos acréscimos de proveitos associados. Os custos inerentes a estes serviços são essencialmente constituídos por custos com o pessoal, que são registados em resultados, na rubrica correspondente, à medida que são incorridos.

2.7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O Banco regista nesta rubrica, essencialmente, custos de aquisição de sistemas informáticos, quando o impacto esperado se repercute para além do exercício em que o custo é incorrido.

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição e amortizados pelo método das quotas constantes e por duodécimos, ao longo do período de vida útil esperada, que em geral corresponde a um período de três (3) anos ou dez (10) anos.

Os custos de manutenção de *software* são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.8. ACTIVOS TANGÍVEIS

Encontram-se nesta rubrica os activos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua actividade e encontram-se registados ao custo de aquisição, incluindo despesas que lhes são directamente atribuíveis, deduzidos de amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

As amortizações dos activos tangíveis e intangíveis, são calculadas segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondendo ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos de vida útil
Edifícios	40
Obras em edifícios arrendados	20
Mobiliário e Material	8 - 12
Máquinas e Ferramentas	4 – 6
Equipamento Informático	4 – 5
Instalações Interiores	8
Material de Transporte	8
Material de Segurança	10
Outros equipamentos	10
Activos intangíveis	3 – 10

Os custos subsequentes com activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Estes activos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é o maior de entre o valor de mercado do activo deduzido de custos de venda e o seu valor de uso.

2.9. LOCAÇÃO FINANCEIRA

A contabilização de um contrato de locação é efectuada de acordo com o tipo de contrato, isto é, se o Banco assume o papel de locador ou locatário:

Como Locador:

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

Como Locatário:

Os activos adquiridos em regime de locação financeira são registados, por igual montante, no activo imobilizado e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros e encargos suportados são registados como custos financeiros durante o prazo da locação.

2.10. PROVISÕES E IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS

As provisões são reconhecidas quando:

(i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva;

(ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e

(iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidos indícios de imparidade em activos financeiros sempre que se verifique:

(i) Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente nos pagamentos de juros ou capital;

(ii) Dificuldades financeiras significativas do devedor ou emissor da dívida;

(iii) Existência de elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou emissor da dívida;

(iv) Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal possa não ser recuperado na totalidade;

(v) Alterações significativas ou que conheça informações com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado; ou

(vi) Um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

2.11. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

O Banco não tem qualquer responsabilidade por pensões, complementos de reforma ou outros benefícios de longo prazo a atribuir aos seus empregados.

O Banco poderá atribuir remunerações extraordinárias aos empregados, não decorrentes de obrigações contratuais. Estas remunerações são atribuídas por deliberação do Conselho de Administração, numa data não determinada de um dado exercício e são pagas nesse mesmo exercício.

No entanto sempre que se verifiquem determinados pressupostos, designadamente o cumprimento por excesso dos objectivos de negócio previstos para o período, poderá o Conselho de Administração prever nesse período uma dotação para remuneração extraordinária a ser paga aos colaboradores.

2.12. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através da venda e não do seu uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica é assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda é elevada**;**
- O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual a um preço considerado razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Deverá existir a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Nos casos em que o activo não seja alienado no prazo de um ano, o Banco avalia se continuam a ser cumpridos os requisitos, nomeadamente a venda não ocorreu por razões alheias ao Banco, que o Banco desenvolveu todas acções necessárias para a venda se pudesse concretizar e que o activo continua a ser activamente publicitado e a preços de venda razoáveis face às circunstâncias de mercado.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor. O justo valor destes activos é determinado com base em avaliações de peritos independentes, não sendo sujeitos a amortizações.

Para esta categoria de activos, adicionalmente, são observados os preceitos definidos pelo Banco de Cabo Verde através do Aviso nº 7/2015, de 24 de Dezembro.

2.13. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (Lei n.º 82/VIII/2015, de 07 de Janeiro).

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base na matéria colectável apurada de acordo com as regras fiscais em vigor.

O Banco regista impostos diferidos decorrentes (i) das diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, para efeitos de tributação em sede de IUR, e (ii) dos prejuízos fiscais apurados a utilizar em exercícios futuros. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças e os prejuízos fiscais a utilizar futuramente.

Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os prejuízos fiscais apurados num exercício são deduzidos aos lucros tributáveis, de um ou mais dos três exercícios seguintes.

2.14. VALORES RECEBIDOS EM DEPÓSITO

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos que compõem carteiras de clientes, encontram-se registados pelo seu valor de mercado e caso não exista, ao valor nominal.

2.15. CAPITAL

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.
Todos os custos directamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.
As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.16. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" as disponibilidades em caixa, as disponibilidades em bancos centrais, bem como as disponibilidades em instituições de crédito.

2.17. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

A) PERDAS POR IMPARIDADE NO CRÉDITO A CLIENTES

O Banco aprecia a sua carteira de crédito no sentido de apurar sobre a necessidade de registar perdas por imparidade. Esta avaliação é efectuada pelo Banco com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações de crédito.

B) JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS NÃO COTADOS OU COTADOS EM MERCADO NÃO ACTIVO

O justo valor destes activos foi determinado com base em métodos de avaliação e teorias financeiras, cujos resultados dependem dos pressupostos utilizados.

NOTA 3 - GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Políticas de Gestão de Riscos Financeiros

O Banco encontra-se exposto a diversos tipos de riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado, risco cambial, risco de taxa de juro e risco de liquidez.

O processo de gestão dos riscos do Banco respeita a devida segregação de funções e a complementaridade da actuação de cada uma das áreas envolvidas.

Os riscos da actividade do Banco, nomeadamente os riscos de crédito, de taxa de juro, de câmbio, de liquidez, operacional e de compliance, são analisados e controlados pelo Conselho de Administração do Banco tendo em conta a estratégia geral do Banco e a sua posição no mercado. Complementarmente, existe um conjunto de procedimentos de controlo instituídos que garante um nível de risco adequado.

A verificação pelo órgão responsável da realização dos objectivos e orientações estabelecidos, é garantida pela existência de um sistema de "*reporting*" de periodicidade variável em função da natureza dos riscos, que permite aferir com rigor e tempestividade da evolução das principais variáveis de negócio e conferir capacidade de gestão pró-activa.

3.1. RISCO DE CRÉDITO

O Banco assume exposições de risco de crédito, que se traduzem na possibilidade de perda de valor do activo do Banco, em consequência do incumprimento das obrigações contratuais, por motivos de insolvência ou incapacidade da contraparte em assegurar os seus compromissos para com o Banco.

A actividade comercial do Banco, relativamente à concessão de crédito, situa-se na sua totalidade no espaço nacional, do que resulta a inexistência de activos sujeitos a risco país; por outro lado, a maior parte das operações de médio e longo prazo encontram-se colateralizadas por garantias reais.

O processo de controlo do risco de crédito passa pela análise rigorosa que incide sobre cada uma das propostas de créditos presentes ao Órgão competente para sua aprovação. Estão estabelecidos nos manuais de controlo interno do Banco quais os requisitos para que o crédito seja aprovado. Após a aprovação, a performance do crédito é monitorizada regularmente permitindo a antecipação de eventuais dificuldades de cumprimento e a identificação imediata de incumprimentos. Este acompanhamento e o diálogo que, nessas circunstâncias é estabelecido com os mutuários em questão, têm permitido na generalidade dos casos, não só a cabal regularização das moras incorridas, mas ainda o atento acompanhamento das condições em que os mesmos se encontram a operar, prevenindo e antecipando as consequências da sua eventual deterioração.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito que assume através de limites estabelecidos de montantes de risco aceitável em relação ao mutuário ou grupo de mutuários, designadamente para montantes que possam vir a configurar-se como grandes riscos.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida conforme apresentado nos quadros abaixo:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31-Dez-15		
	Valor Contabilístico	Provisões e Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1307.143.281		1307.143.281
Disponibilidades em OIC's	78.523.851		78.523.851
Aplicações em IC	1338.148.440		1338.148.440
Créditos a Clientes	6.696.127.507	285.879.917	6.410.247.590
Activos Financeiros Detidos para Negociação	-		-
Investimentos detidos até à maturidade	-		-
Activos Financeiros disponíveis para venda	3.181031888		3.181031888
Outros activos	191705.867	33.925.242	157.780.625
Total Patrimoniais	**12.792.680.834**	**319.805.159**	**12.472.875.675**
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	441246.383		441246.383
Créditos documentários abertos	18.800.183		18.800.183
Compromissos Perante Terceiros (Revogáveis)	329.275.615		329.275.615
Total Extra-Patrimoniais	**789.322.180**		**789.322.180**
Total	**13.582.003.014**	**319.805.159**	**13.262.197.855**

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	31-Dez-14		
	Valor Contabilístico	Provisões e Imparidade	Valor Contabilístico Líquido
Patrimoniais			
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1216.160.061		1216.160.061
Disponibilidades em OIC's	1200.907.471		1200.907.471
Aplicações em IC	2.555.876.095		2.555.876.095
Créditos a Clientes	4.891220.057	226.845.129	4.664.374.928
Activos Financeiros Detidos para Negociação	4.021543.419		4.021543.419
Investimentos detidos até à maturidade	-		-
Activos Financeiros disponíveis para venda	1.143.510		1.143.510
Outros activos	201344.200	33.925.242	167.418.958
Total Patrimoniais	**14.088.194.813**	**260.770.371**	**13.827.424.442**
Extra-Patrimoniais			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	330.567.040		330.567.040
Créditos documentários abertos	16.521225		16.521225
Compromissos Perante Terceiros (Revogáveis)	415.644.094		415.644.094
Total Extra-Patrimoniais	**762.732.359**		**762.732.359**
Total	**14.850.927.172**	**260.770.371**	**14.590.156.801**

Os quadros anteriores representam o pior cenário (worst case scenario) a nível de exposição do Banco a risco de crédito de clientes em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, pois não foram tidas em consideração as garantias detidas ou outras melhorias de crédito.

No que se refere à mensuração do risco de crédito, o Banco avalia regularmente a existência de evidência de situações de risco no âmbito do reporte para o Banco de Cabo Verde.

Neste contexto a metodologia e os pressupostos utilizados no cálculo da imparidade são apreciados pela Comissão Executiva.

Tendo em consideração a dimensão da carteira de crédito, a metodologia utilizada na mensuração do respectivo risco assenta em larga medida na análise individual das operações vivas e vencidas em cada data de apreciação.

Para os activos em balanço, a exposição definida é baseada no montante escriturado como reportado na face do Balanço.

Em 31 de Dezembro de 2015, o número de operações de crédito com prestações de capital vencidos era de 91 (75 em 31 de Dezembro de 2014).

O saldo das operações de crédito que registam incumprimento nos prazos indicados a 31 de Dezembro de 2015 resume com se segue:

31-12-2015

	1a 30 dias	31a 60 dias	61a 90 dias	91a 180 dias	181a 360 dias	a mais de 360 dias	Total
Empresas	**104.381**	**0**	**988.054**	**62.781.044**	**32.117.663**	**560.968.462**	**656.959.603**
Conta Corrente Caucionada							0
Crédito automóvel						4.699.362	4.699.362
Crédito Turismo e a Restauracão						420.664	420.664
Crédito Médio e Longo Prazo	104.381		988.054	62.781044	32.117.663	540.776.335	636.767.477
Crédito Hipotecário						15.072.102	15.072.102
Particulares	**70.952**	**7.460.660**	**0**	**1.123.665**	**9.701.068**	**65.895.850**	**77.358.823**
Crédito Automóvel		51237				515.744	566.980
Crédito Pessoal	70.952	143.496		738.268	2.701724	2.725.448	6.379.888
Crédito Salário +		372.556		385.397	365.357	2.912.499	4.035.808
Crédito Habitação					6.633.987	59.742.160	66.376.147
Crédito Médio e Longo Prazo		6.893.372					
Total	**175.333**	**7.460.660**	**988.054**	**63.904.709**	**41.818.731**	**626.864.312**	**741.211.799**

Os créditos concedidos a clientes cujos termos tenham sido renegociados, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos. Os procedimentos de reestruturação incluem: alargamento das condições de pagamento, planos de gestão aprovados, alteração e diferimento dos pagamentos. As práticas e políticas de reestruturação são baseadas em critérios que, do ponto de vista da gestão do Banco, indiciam que os pagamentos têm elevada probabilidade de continuar a ocorrer. Estas políticas são mantidas em constante revisão.

A 31 de Dezembro de 2015 a carteira do Banco apresentava 44 operações reestruturadas, as quais totalizavam 1.424.269.323 escudos cabo-verdianos (129 operações reestruturados a 31 de Dezembro de 2014, no montante de 981.755.147 escudos cabo-verdianos).

A análise dos créditos reestruturados por sector é a seguinte:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Empresas	**1.296.287.409**	**901.386.096**
Conta Corrente Caucionada	59.425.646	28.050.000
Crédito Médio e Longo Prazo	1235.168.709	871686.348
Crédito Automóvel	1693.054	1649.748
Particulares	**121.210.072**	**74.041.450**
Crédito Salário +	250.584	315.571
Crédito Habitação	114.167.457	71333.349
Crédito Pessoal	6.792.031	2.392.530
Empregados	**6.771.842**	**6.327.601**
Crédito Habitação	6.192.067	6.327.601
Crédito Pessoal	579.775	0
Total	**1.424.269.323**	**981.755.147**

Qualidade do crédito não vencido e sem imparidade

O quadro abaixo foi elaborado com base nos seguintes pressupostos:

i) Considerou-se como sinal de incumprimento o facto de o cliente apresentar "sinais de imparidade";

ii) Considerou-se o saldo vencido e vincendo das operações que registam incumprimento nos prazos nas datas de referência;

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Clientes sem incumprimento	Clientes com incumprimento	Clientes sem incumprimento	Clientes com incumprimento
Empresas	**4.157.497.030**	**739.125.881**	**3.112.353.146**	**564.939.282**
Descoberto em depósitos à ordem	51596.084	23.556.808	95.427.848	25.870.125
Crédito Automóvel	35.119.557	10.954.638	38.977.802	5.754.025
Crédito ao Turismo e Restauração		435.039		420.664
Conta Corrente Caucionada	234.371139	121026.852	262.099.975	162.799.402
Crédito à Construcão	16.265.975	39.218.016	22.084.234	40.774.944
Crédito Modernização e Expansão				
Crédito Hipotecário	2.466.458	27.661333	2.730.215	27.945.554
Crédito Médio e Longo Prazo	3.817.677.818	515.160.071	2.688.950.673	301374.569
Credito Habitação		1113.124	2.082.399	

Particulares	**550.895.888**	**112.264.818**	**541.752.959**	**87.037.785**
Descoberto em depósitos à ordem	4.124.800	6.122.392	15.867.799	6.346.886
Conta Corrente Caucionada				
Crédito Automóvel	28.895.804	4.548.398	30.353.442	515.744
Crédito Habitação	295.783.241	75.904.623	292.450.331	59.742.160
Crédito Construção	11381433		13.491398	
Crédito Hipotecário	15.254.921		15.908.567	
Crédito Medio e Longo Prazo	39.021927	7.163.709	38.603.784	9.578.844
Crédito Pessoal	122.514.095	14.617.470	102.480.895	6.797.182
Crédito Salário Funcionário	161658		587.110	372.407
Crédito Salário +	33.758.009	3.908.227	32.009.632	3.684.563
Empregados	**180.765.777**	**8.474.269**	**152.295.117**	**0**
Descoberto em depósitos à ordem	1016.246	84.994		
Crédito Automóvel	5.789.751		5.050.635	
Crédito Habitação	159.466.242	8.222.454	132.181457	
Crédito Pessoal	34.150		359.773	
Crédito Salário Funcionário	14.459.387	166.821	14.703.251	
Crédito Salário +				
Total	**4.889.158.696**	**859.864.968**	**3.806.401.222**	**651977.067**

Créditos individualmente considerados em imparidade

A divisão do montante bruto de créditos a clientes individualmente considerados em imparidade resulta com se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Empresas	**854.285.788**	**434.386.259**
Conta Corrente Caucionada		157.299.402
Crédito Automóvel	1693.054	
Descoberto Autorizado	18.443.809	17.246.034
Créditos titulados	405.164.872	
Crédito Médio e longo prazo	428.549.015	259.420.159
Crédito ao Turismo e Restauração	435.039	420.664
Particulares	**32.021.401**	**51.234.662**
Crédito Médio e longo prazo	7.163.709	
Crédito Automóvel	515.744	515.744
Crédito Habitação	10.771664	48.486.791
Crédito Pessoal	5.741290	61941
Crédito Salário +	3.520.400	1662.618
Descoberto Autorizado	4.308.595	507.569
Total	**886.307.189**	**485.620.920**

3.2. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado surge na medida em que o Banco pode estar sujeito à possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de acções, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio.

O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital em moedas, mercadorias ou derivados.

O risco de mercado inerente à carteira de negociação e de valores mobiliários detida pelo BAICV é objecto de definição de:

i) Limites pelo Órgão do Banco (Comité de Investimento) competente para o efeito (por classes de activos, qualidade de risco das entidades emitentes de dívida, mercados/regiões geográficas susceptíveis de investimento, níveis de stop loss na carteira de negociação, etc.);

ii) Rendibilidade esperada em cada caso, procedendo aquele mesmo Órgão à periódica avaliação de desempenho e revisão das orientações de investimento em função da avaliação das tendências de mercado.

	31-Dez-15	31-Dez-14
Títulos		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública caboverdiana	3.222.931755	4.021543.419
De outros residentes	921772.260	439.791478
Total	**4.144.704.014**	**4.461.334.897**

3.3. RISCO CAMBIAL

O risco de câmbio consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos da taxa de câmbio.

Este risco tem por base alterações no preço de Instrumentos que correspondam a posições abertas em moeda estrangeira (risco de transacção); alteração no valor contabilístico pela conversão para a moeda de escrituração das posições abertas em moeda estrangeira (risco de conversão); e alteração da posição competitiva do Banco devido a variações significativas das taxas de câmbio (risco económico de taxa de câmbio).

Os impactos negativos emergentes de flutuações de taxa de câmbio de curto prazo (risco de transacção) decorrem, normalmente, da actividade de negociação da instituição, incluindo "*market making*" e tomada e posições em moeda externa, pelo que a sua avaliação se encontra abrangida pelos tópicos do Risco de Mercado.

O contravalor, em escudos cabo-verdianos, dos elementos à vista do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, decompõem-se como segue:

31-Dez-15

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	XOF	JPY	CAD	NOK	DKK	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	95.932.755	35.547.758	701492	1256.209	21602	0	0	0	0	11467	133.471283
Disponibilidades em OIC's no Exterior	25.716.165	27.302.372	2.850.920	8.127.182	16.442	0	14.652	0	76.316	0	64.104.049
Aplicações em OIC's	0	454.152.686	0	0	0	0	0	0	0	0	454.152.686
Crédito a Clientes	0	3.652.214	0	0	0	0	0	0	0	0	3.652.214
Total Activo	**121.648.921**	**520.655.030**	**3.552.412**	**9.383.391**	**38.044**	**0**	**14.652**	**0**	**76.316**	**11.467**	**655.380.232**
Recursos de OIC's	5.882.029.141	9.823.969	0	0	0	0	0	0	0	0	5.891853.110
Recursos de Clientes	125.222.675	503.881626	500.920	0	0	0	0	0	0	0	629.605.221
Outros passivos	19.407	5.147	0	0	0	0	0	0	0	0	24.554
Total Passivo	**6.007.271.222**	**513.710.742**	**500.920**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**6.521482.884**
Exposição líquida	**-5.885.622.302**	**6.944.288**	**3.051492**	**9.383.391**	**38.044**	**0**	**14.652**	**0**	**76.316**	**11.467**	**-5.866.102.652**

31-Dez-14

	EUR	USD	GBP	CHF	SEK	XOF	JPY	CAD	NOK	DKK	TOTAL
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	81.427.946	10.593.639	439.058	3.178.323	179.690	0	0	0	14.634	0	95.833.289
Disponibilidades em OIC's no Exterior	1.088.275.039	91.611.982	2.251.172	2.681.717	15.944	0	19.337	0	0	0	1.184.855.192
Aplicações em OIC's	1.874.507.603	181.361.642	0	0	0	0	0	0	0	0	2.055.869.245
Crédito a Clientes	652	4.518.324	0	0	0	0	0	0	0	0	4.518.976
Total Activo	**3.044.211.240**	**288.085.587**	**2.690.230**	**5.860.041**	**195.634**	**0**	**19.337**	**0**	**14.634**	**0**	**3.341.076.702**
Recursos de OIC's	5.462.573.064	9.653.854	0	0	0	0	0	0	0	0	5.472.226.918
Recursos de Clientes	2.745.045.530	244.712.799	187.829	0	0	0	0	0	0	0	2.989.946.159
Outros passivos	8.220.359	4.513.130	0	0	0	0	0	0	0	0	12.733.490
Total Passivo	**8.215.838.953**	**258.879.783**	**187.829**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**8.474.906.566**
Exposição líquida	**-5.171.627.714**	**29.205.804**	**2.502.401**	**5.860.041**	**195.634**	**0**	**19.337**	**0**	**14.634**	**0**	**-5.133.829.863**

Como decorre da análise destes quadros, o risco cambial do Banco relativamente a moedas diferentes daquela que é a base da sua actividade (escudos cabo-verdianos) é praticamente irrelevante à data de 31 de Dezembro de 2015, se tivermos em consideração que o câmbio do Euro face ao ECV tem paridade fixa.

3.4. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco de taxa de juro decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidade ou de prazos de refixação de taxas de juros, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e as taxas pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra-patrimioniais.

O quadro abaixo apresenta a sensibilidade do Banco ao risco de taxa de juro em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, sendo que os prazos apresentados correspondem ao prazo residual que decorre até à próxima actualização ou vencimento de taxa de juro contratada para cada uma das aplicações:

	31-Dez-15								
Instrumentos Financeiros	**Até 1 Mês**	**1 a 3 Meses**	**3 a 6 Meses**	**6 a 12 Meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 5 Anos**	**+5 Anos**	**Insensível**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	0	0	0	0	0	0	0	1.307.143.281	1.307.143.281
Disponibilidades em Outras IC	0	0	0	0	0	0	0	78.523.851	78.523.851
Aplicações em IC	1.338.140.000	0	0	0	0	0	0	8.440	1.338.148.440
Crédito a clientes	116.146.204	142.597.316	70.658.917	209.822.358	124.732.995	1.480.985.862	3.743.850.090	521.453.848	6.410.247.590
Activos Financeiros disponíveis para venda	303.988.386	508.701.425	201.097.500	413.176.917	0	1.283.154.286	465.933.865	46.879.377	3.222.931.755
Total Activos	1.758.274.590	651.298.741	271.756.417	622.999.275	124.732.995	2.764.140.148	4.209.783.955	1.954.008.797	12.356.994.918
Recursos de Instituições Financeiras	220.530.000	661.590.000	2.756.625.000	1.874.505.000	0	0	0	650.413.256	6.163.663.256
Recursos de Clientes	408.447.652	325.988.798	604.376.486	516.009.253	142.080.933	1.063.247.315	0	3.392.814.635	6.452.965.072
Outros passivos subordinados	0	0	0	250.000.000	0	0	0	432.953	250.432.953
Total Passivos	628.977.652	987.578.798	3.361.001.486	2.640.514.253	142.080.933	1.063.247.315	0	4.043.660.845	12.867.061.282
Gap de taxa de juro	1.129.296.938	-336.280.058	-3.089.245.069	-2.017.514.979	-17.347.938	1.700.892.833	4.209.783.955		
Gap de taxa de juro acumulado	1.129.296.938	793.016.880	-2.296.228.189	-4.313.743.168	-4.331.091.105	-2.630.198.272	1.579.585.683		

	31-Dez-14								
Instrumentos Financeiros	**Até 1 Mês**	**1 a 3 Meses**	**3 a 6 Meses**	**6 a 12 Meses**	**1 a 2 Anos**	**2 a 5 Anos**	**+5 Anos**	**Insensível**	**Total**
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais								1.216.160.061	1.216.160.061
Disponibilidades em Outras IC								1.200.907.471	1.200.907.471
Aplicações em IC	2.555.861.000							15.095	2.555.876.095
Crédito a clientes	198.203.474	122.591.005	29.281.959	158.251.581	169.866.043	1.663.906.799	2.035.436.927	286.837.140	4.664.374.928
Activos Financeiros Detidos para Negociação				1.086.294.343	1.426.821.757	525.788.873	928.299.278	54.339.168	4.021.543.419
Activos Financeiros disponíveis para venda								1.143.510	1.143.510
Total Activos	2.754.064.474	122.591.005	29.281.959	1.244.545.924	1.596.687.800	2.189.695.672	2.963.736.205	2.759.402.445	13.660.005.484
Recursos de Instituições Financeiras	716.722.500	0	2.536.095.000	2.157.369.119				301.768.549	5.711.955.168
Recursos de Clientes	252.984.751	75.024.803	574.673.779	543.105.660	252.379.646	1.094.053.485	55.000	5.254.447.132	8.046.724.256
Outros passivos subordinados					250.000.000			294.886	250.294.886
Total Passivos	969.707.251	75.024.803	3.110.768.779	2.700.474.779	502.379.646	1.094.053.485	55.000	5.556.510.567	14.008.974.310
Gap de taxa de juro	1.784.357.223	47.566.203	-3.081.486.820	-1.455.928.855	1.094.308.154	1.095.642.187	2.963.681.205		
Gap de taxa de juro acumulado	1.784.357.223	1.831.923.426	-1.249.563.394	-2.705.492.249	-1.611.184.096	-515.541.909	2.448.139.296		

Análise de senbilidade						
	2015			2014		
Capitais próprios	1.033.536.360			1.015.665.803		
Margem finaceira	422.582.839			399.670.590		
	+200 pbs	+100 pbs	-50 pbs	+200 pbs	+100 pbs	-50 pbs
Impacto nos capitais próprios						
Total	31.591.714	15.795.857	-7.897.928	48.962.786	24.481.393	-12.240.696
Em % dos capitais próprios	3,06%	1,53%	-0,76%	4,82%	2,41%	-1,21%
Na margem financeira, a 12 meses						
Total	-86.274.863	-43.137.432	21.568.716	-54.109.845	-27.054.922	13.527.461
Em % da Margem financeira	-20,42%	-10,21%	5,10%	-13,54%	-6,77%	3,38%

3.5. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre da possibilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir com as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A política de controlo de risco de liquidez está subordinada à estratégia geral do Banco e tem como objectivo o financiamento adequado dos seus activos e do crescimento orçamentado dos mesmos e a determinação regular do seu *gap* de liquidez.

No que diz respeito à análise do risco de liquidez, para além das obrigações a que está sujeito para com o Banco de Cabo Verde, o Banco ainda recorre ao conceito de *gap* de liquidez, isto é, a partir do balanço do Banco, conjugando-o com os vencimentos das operações activas e passivas, obtém-se uma posição desagregada (positiva ou negativa) segundo os prazos residuais de vencimento das operações.

O quadro seguinte apresenta os prazos contratuais residuais relativos aos activos e passivos financeiros pelos respectivos intervalos de maturidade relevantes, no final do mês de Dezembro de 2015 e 2014. Os montantes apresentados são fluxos de caixa contratuais não descontados:

Instrumentos Financeiros	31-Dez-15						
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	+5 Anos	Prazo indeterm.	Total
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1.307.143.281	0	0	0	0	0	1.307.143.281
Disponibilidades em OIC's no país	14.419.802	0	0	0	0	0	14.419.802
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	64.104.049	0	0	0	0	0	64.104.049
Aplicações em IC	0	1.338.140.000	0	0	0	8	1.338.140.008
Crédito a clientes	0	258.743.520	280.481.275	1.605.718.857	3.743.850.090	521.453.848	6.410.247.590
Activos Financeiros disponíveis para venda	0	812.689.811	614.274.417	1.283.154.286	465.933.865	51.858.887	3.227.911.265
Activos não correntes detidos para venda	0	0	0	1.077.082.169	0	0	1.077.082.169
Outros Activos	0	0	0	0	0	164.513.128	164.513.128
Total Activos	**1.385.667.132**	**2.409.573.331**	**894.755.691**	**3.965.955.312**	**4.209.783.955**	**737.825.871**	**13.603.561.292**
Recursos de Instituições Financeiras	623.632.798	882.120.000	4.631.130.000	0	0	26.780.459	6.163.663.256
Recursos de Clientes	3.392.814.635	734.436.451	1.120.385.739	1.205.328.248	0	0	6.452.965.072
Passivos por impostos correntes	0	0	1.916.478	0	0	0	1.916.478
Outros passivos subordinados	0	0	250.432.953	0	0	0	250.432.953
Outros Passivos	0	35.631.650	0	0	0	49.483.968	85.115.617
Total Passivos	**4.016.447.433**	**1.652.188.100**	**6.003.865.171**	**1.205.328.248**		**76.264.426**	**12.954.093.378**
Gap de Liquidez	**-2.630.780.300**	**757.385.230**	**-5.109.109.479**	**2.760.627.064**	**4.209.783.955**	**661.561.445**	**649.467.915**
Gap de Liquidez acumulado	**-2.630.780.300**	**-1.873.395.070**	**-6.982.504.549**	**-4.221.877.485**	**-12.093.530**	**649.467.915**	

Apesar do GAP negativo, existe a expectativa e tendo por base o comportamento histórico, da renovação de uma parte significativa dos passivos.

Instrumentos Financeiros	31-Dez-14						
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	+5 Anos	Prazo indeterm.	Total
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1.216.160.061						1.216.160.061
Disponibilidades em OIC's no país	16.052.279						16.052.279
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	1.184.855.192						1.184.855.192
Aplicações em IC		2.555.861.000				15.095	2.555.876.095
Crédito a clientes		320.794.479	187.533.539	1.833.772.842	2.035.436.927	286.837.140	4.664.374.928
Activos Financeiros Detidos para Negociação			1.100.096.410	1.974.658.877	946.788.132		4.021.543.419
Activos Financeiros disponíveis para venda						1.143.510	1.143.510
Activos não correntes detidos para venda				992.348.135			992.348.135
Outros Activos						173.435.295	173.435.295
Total Activos	2.417.067.532	2.876.655.479	1.287.629.949	4.800.779.854	2.982.225.060	461.431.039	14.825.788.913
Recursos de Instituições Financeiras	281.488.006	716.722.500	4.693.464.119			20.280.543	5.711.955.168
Recursos de Clientes	5.177.520.950	362.944.886	1.117.779.439	1.346.433.132	55.000	41.990.849	8.046.724.256
Outros passivos subordinados				250.294.886			250.294.886
Outros Passivos		60.233.117				15.483.194	75.716.311
Total Passivos	5.459.008.956	1.139.900.503	5.811.243.558	1.596.728.018		77.754.586	14.084.690.620
Gap de Liquidez	-3.041.941.424	1.736.754.977	-4.523.613.608	3.204.051.836	2.982.225.060	383.676.453	741.098.293
Gap de Liquidez acumulado	-3.041.941.424	-1.305.186.447	-5.828.800.056	-2.624.748.219	357.476.840	741.153.293	

3.6. GESTÃO DE CAPITAL

O Banco gere o seu capital de forma rigorosa, de forma a optimizar a sua alocação e garantir o cumprimento das normas prudenciais (Avisos nº 3/2007 e 4/2007 do Banco de Cabo Verde).

Conforme evidenciado no quadro abaixo, o Banco apresenta, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, um nível de solvabilidade acima do valor mínimo (10%) fixado pelo Banco de Cabo Verde.

	31-Dez-15	31-Dez-14
Fundos próprios de base elegíveis	987.926.802	967.817.370
Fundos próprios complementares	250.007.116	250.007.116
Fundos próprios antes das deduções	**1.237.933.918**	**1.217.824.486**
Parte que excede o limite concentração risco	68.869.592	44.444.816
Insuficiência de liquidez	0	0
Fundos Próprios	**1.169.064.326**	**1.173.379.670**
Total dos activos ponderados	**8.332.877.363**	**6.881.682.540**
Rácio de solvabilidade	**14,03%**	**17,05%**

NOTA 4 - JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor, sempre que possível, é estimado, utilizando cotações em mercados activos. Para instrumentos financeiros em que não existe mercado activo, por falta de liquidez e ausência de transacções regulares, são utilizados métodos e técnicas de avaliação para estimar o justo valor.

Instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor

No quadro seguinte apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2015 e 2014 e respectivos métodos de valorização:

	Técnicas de avaliação					
Descrição	Valor de mercado ou cotação		Análise de mercado		Outras	
	31-12-2015	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2014	31-12-2015	31-12-2014
Activos						
Activos Financeiros Detidos para Negociação						
Instrumentos de dívida	-	-	-	3.967.204.251	-	-
Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-
Activos Financeiros disponíveis para venda						
Instrumentos de dívida	-	-	3.176.052.378	-	-	-
Instrumentos de capital	-	-	-	-	4.979.510	1.143.510

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos.

- Valores de mercado ou cotação (Nível 1): nesta coluna são incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;

- Análise de mercado (Nível 2): nesta coluna são incluídos instrumentos financeiros que são valorizados com base em variáveis observáveis do mercado;

- Outras (Nível 3): nesta coluna são incluídos instrumentos financeiros que são valorizados com recurso a variáveis não observáveis em mercado.

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

No quadro seguinte apresenta-se uma análise comparativa entre o valor de balanço e o justo valor das categorias de instrumentos financeiros que se encontram reconhecidos ao custo ou custo amortizado:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
	Valor de Balanço	**Justo Valor**	**Valor de Balanço**	**Justo Valor**
Activos				
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	1.307.143.281	1.307.143.281	1.216.160.061	1.216.160.061
Disponibilidades em outras instituições de crédito	78.523.851	78.523.851	1.200.907.471	1.200.907.471
Aplicações em instituições de crédito	1.338.148.440	1.338.148.440	2.555.876.095	2.555.876.095
Crédito a clientes	6.410.247.590	6.410.247.590	4.664.374.928	4.664.374.928
Passivos				
Recursos de outras instituições de crédito	6.163.663.256	6.163.663.256	5.711.955.168	5.711.955.168
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.452.965.072	6.452.965.072	8.046.724.256	8.046.724.256
Outros passivos subordinados	250.432.953	250.432.953	250.294.886	250.294.886

Para os instrumentos financeiros registados no balanço ao custo amortizado, o justo valor é apurado com recurso a técnicas de valorização.

O justo valor apresentado pode não corresponder ao valor de realização destes instrumentos financeiros, não tendo sido determinado com esse objectivo.

NOTA 5 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros do Banco decompõem-se conforme segue:

	31-Dez-15					
	Activos Financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Activos disponíveis para venda	Outros Activos não financeiros	Total
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	0	0	1.307.143.281	0	0	1.307.143.281
Disponibilidades em OIC's no país	0	0	14.419.802	0	0	14.419.802
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	0	0	64.104.049	0	0	64.104.049
Aplicações em IC	0	0	1.338.148.440	0	0	1.338.148.440
Crédito a clientes	0	0	6.410.247.590	0	0	6.410.247.590
Activos Financeiros Detidos para Negociação	0	0	0	0	0	0
Activos Financeiros disponíveis para venda	0	0	0	3.227.911.265	0	3.227.911.265
Outros Activos	0	0	157.780.625	0	6.732.503	164.513.128
Total	**0**	**0**	**9.291.843.787**	**3.227.911.265**	**6.732.503**	**12.526.487.555**

	31-Dez-15		
	Outros passivos financeiros	Outros Passivos não financeiros	Total
Passivo			
Recursos de Instituições Financeiras	6.163.663.256	0	6.163.663.256
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.452.965.072	0	6.452.965.072
Passivos por impostos correntes	1.916.478	0	1.916.478
Outros passivos subordinados	250.432.953	0	250.432.953
Outros Passivos	85.115.617	0	85.115.617
Total	**12.954.093.378**	**0**	**12.954.093.378**

	31-Dez-14					
	Activos Financeiros detidos p/ negociação	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Activos disponíveis para venda	Outros Activos não financeiros	Total
Activo						
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	0	0	1.216.160.061	0	0	1.216.160.061
Disponibilidades em OIC's no país	0	0	16.052.279	0	0	16.052.279
Disponibilidades em OIC's no estrangeiro	0	0	1.184.855.192	0	0	1.184.855.192
Aplicações em IC	0	0	2.555.876.095	0	0	2.555.876.095
Crédito a clientes	0	0	4.664.374.928	0	0	4.664.374.928
Activos Financeiros Detidos para Negociação	4.021.543.419	0		0	0	4.021.543.419
Activos Financeiros disponíveis para venda	0	0		1.143.510	0	1.143.510
Outros Activos	0	0	201.344.200	0	6.016.337	207.360.537
Total	**4.021.543.419**	**0**	**9.838.662.755**	**1.143.510**	**6.016.337**	**13.867.366.021**

				31-Dez-14		
				Outros passivos financeiros	Outros Passivos não financeiros	Total
Passivo						
Recursos de Instituições Financeiras	0	0	0	5.711.955.168	0	5.711.955.168
Recursos de clientes e outros empréstimos	0	0	0	8.046.724.256	0	8.046.724.256
Outros passivos subordinados	0	0	0	250.294.886	0	250.294.886
Outros Passivos	0	0	0	79.314.451	0	79.314.451
Total				**14.088.288.760**	**0**	**14.088.288.760**

NOTA 6 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

A rubrica resume como se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Caixa	302.940.121	196.813.888
Notas e moedas nacionais	169.468.838	100.980.599
Notas e moedas estrangeiras	133.471.283	95.833.289
Depósitos à ordem no Banco Central	1.004.203.160	1.019.346.173
Total	**1.307.143.281**	**1.216.160.061**

O saldo da rubrica Depósitos à ordem no Banco Central inclui depósitos à ordem em moeda nacional que visam satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa obrigatórias do Banco de Cabo Verde.

A 31 de Dezembro de 2015, o saldo médio das reservas mínimas de caixa, exigido pelo Banco de Cabo Verde, corresponde ao montante de CVE 809.587.500,00 (2014: CVE 1.253.371.680,00).

Nos exercícios de 2015 e 2014 estes depósitos não foram remunerados.

NOTA 7 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição da rubrica resulta conforme se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País	**14.419.802**	**16.052.279**
Cheques a cobrar	14.419.802	16.052.279
Disponibilidades sobre outras Instituições de Crédito no estrangeiro	**64.104.049**	**1.184.855.192**
Depósitos à ordem em outras instituições de credito	20.364.573	18.659.036
Cheques a cobrar em outras instituições de credito	6.990.927	3.286.768
Depósitos à ordem em sede e sucursais da própria instituição	36.748.549	1.162.909.388
Total Disponibilidades	**78.523.851**	**1.200.907.471**

As disponibilidades sobre outras IC no estrangeiro, representa basicamente os depósitos junto dos nossos correspondentes, a fim de satisfazer as operações relacionadas com transferências, trade finance, cartas de crédito e remessas documentárias.

NOTA 8 – ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Activos financeiros detidos para negociação apresentava os seguintes valores:

	31-Dez-15		31-Dez-14	
Títulos	**Capital**	**Juros**	**Capital**	**Juros**
Instrumentos de dívida				
De dívida pública caboverdiana	0	0	3.967.204.251	54.339.168
Total	**0**	**0**	**3.967.204.251**	**54.339.168**

A carteira de activos financeiros detidos para negociação a 31 de Dezembro de 2014, resumia-se conforme se segue:

							31-Dez-14
	Qt.	**Valor Nominal**	**Valor de Aquisição**	**Juros corridos**	**Justo Valor**	**Ajustamentos**	**%**
Títulos de Dívida Pública							
Obrigações do Tesouro	3.909.787	3.909.787.000	3.909.787.000	54.339.168	3.967.204.251	57.417.251	100%
Total	**3.909.787**	**3.909.787.000**	**3.909.787.000**	**54.339.168**	**3.967.204.251**	**57.417.251**	**100%**

Em 31 de Dezembro de 2015, os activos classificados nesta rubrica foram reclassificados para a rubrica de Activos Financeiros Disponíveis para Venda (Ver Nota 9 – Activos Financeiros Disponíveis para Venda).

NOTA 9 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica Activos financeiros disponíveis para venda apresenta a seguinte decomposição:

	31-Dez-15	**31-Dez-14**
Instrumentos de dívida	**3.176.052.378**	**0**
De dívida pública caboverdiana		
Custo amortizado	3.141787.000	0
Diferencial para justo valor	34.265.378	0
Imparidade acumulada	0	0
Instrumentos de capital	**4.979.510**	**1.143.510**
Valorizados ao justo valor		
Valorizados ao justo valor	48.000	48.000
Imparidade acumulada	0	
Valorizados ao cuto histórico		
Valor antes de imparidade acumulada	4.931510	1095.510
Imparidade acumulada	0	0
Juros a receber	**46.879.377**	**0**
Imparidade acumulada	**0**	**0**
Total	**3.227.911.265**	**1.143.510**

Em 31 de Dezembro de 2015 os activos classificados anteriormente na rubrica de Activos Financeiros Detidos para Negociação (Obrigações emitidas pelo Estado de Cabo Verde) foram reclassificados para esta rubrica na medida em que se consideraram cumpridas as circunstanciais raras previstas na IAS 39 para efeitos da reclassificação da carteira de negociação para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda, tais como segue:

- mercado de Cabo Verde com reduzida liquidez;

- término da expectativa de venda no curto prazo das Obrigações em carteira que haviam levado inicialmente ao seu registo em activos financeiros detidos para negociação, não se tendo nomeadamente materializado a expectativa de venda em 2015;

- desaceleração da economia cabo-verdiana nos últimos anos.

A reclassificação foi efectuada ao justo valor na data de reclassificação, pelo que não foi gerado qualquer impacto no resultado do exercício, derivado da diferença na contabilização face à anterior categoria (ver Nota 8 – Activos Financeiros Detidos para Negociação).

A taxa média dos instrumentos de dívida vivos em 31 de Dezembro de 2015 foi de 5,62% (5,64% em 2014).

NOTA 10 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição da rubrica aplicações em instituições de crédito encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Aplicações em Instituições de Crédito no país		
No Banco Central	884.000.000	500.000.000
Aplicações em Instituições de Crédito no estrangeiro		
Outras instituições de crédito	100.920.000	0
Sede e sucursais da própria instituição	353.220.000	2.055.861000
Juros a receber	**18.097**	**15.095**
Juros com rendimento diferido	**-9.656**	**0**
Total	**1.338.148.440**	**2.555.876.095**

A taxa média das aplicações vivas em 31 de Dezembro de 2015 é de 0,28% (0,18% em 2014).

NOTA 11 – CRÉDITO A CLIENTES

A decomposição da rubrica crédito a clientes resume no quadro que se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Empresas Vincendo:	**4.557.829.289**	**3.496.277.497**
Descoberto em depósitos à ordem	74.230.631	121375.854
Crédito Automóvel	39.028.143	43.744.910
Conta Corrente Caucionada	352.124.857	393.849.377
Crédito à Construcão	55.173.333	62.859.178
Crédito Hipotecário	14.653.130	29.567.403
Crédito Médio e Longo Prazo	4.021593.720	2.842.798.377
Credito Habitação	1025.475	2.082.399
Particulares Vincendo:	**567.712.035**	**610.246.525**
Descoberto em depósitos à ordem	10.238.500	22.863.820
Conta Corrente Caucionada	1368.000	0
Crédito Automóvel	32.788.070	30.353.442
Crédito Habitação	294.361832	339.188.481
Crédito Construção	11330.362	11709.954
Crédito Medio e Longo Prazo	38.896.686	48.182.628
Crédito Pessoal	123.770.438	102.275.863
Crédito Hipotecário	15.150.969	15.908.567
Crédito Salário Funcionário	161339	932.753
Crédito Salário +	33.423.683	33.613.911
Crédito Educação FICASE	6.222.157	5.217.106

Empregados Vincendo:	**189.123.420**	**152.295.160**
Descoberto em depósitos à ordem	1099.133	43
Crédito Automóvel	5.783.826	5.050.635
Crédito Habitação	167.591387	132.181457
Crédito Pessoal	34.073	359.773
Crédito Salário Funcionário	14.615.001	14.703.251
Empresas Vencido:	**306.050.802**	**181.092.810**
Conta Corrente Caucionada	0	31050.000
Crédito Turismo e a Restauracão	420.664	420.664
Crédito Médio e Longo Prazo	285.858.675	147.526.865
Crédito automóvel	4.699.362	986.916
Crédito Hipotecário	15.072.102	1108.366
Particulares Vencido	**84.252.195**	**19.193.354**
Crédito Automóvel	566.980	515.744
Crédito Médio e Longo Prazo	6.893.372	0
Crédito Pessoal	6.379.888	1785.108
Crédito Habitação	66.376.147	14.785.455
Crédito Salário +	4.035.808	2.107.048
Outros créditos e valores a receber (titulados)	**979.293.872**	**439.791.478**
Sub-Total	**6.684.261.612**	**4.898.896.825**
Juros corridos	**26.474.037**	**14.460.538**
Juros vencidos	**7.570.489**	**10.410.432**
Despesas de crédito vencido	**15.335.599**	**0**
Receitas com rendimento diferido	**-37.514.230**	**-32.547.738**
Imparidade de crédito a clientes	**-285.879.917**	**-226.845.129**
Valor Liquido de Crédito a Clientes	**6.410.247.590**	**4.664.374.928**

A taxa média dos créditos vivos em 31 de Dezembro de 2015 é de 10,86% (10,43% em 2014).

Em 31 de Dezembro de 2015, saldo da imparidade acumulada atingiu o montante de 285.879.917 CVE, o que representa 4,20% do total da carteira de crédito (4,64% em 2014).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Saldo inicial	**226.845.129**	**269.122.926**
Dotações	173.081843	134.278.568
Utilizações	-29.351913	-111264.449
Reversões	-84.695.142	-65.291917
Saldo final	**285.879.917**	**226.845.129**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Outros créditos e valores a receber (titulados) "inclui o valor de obrigações de empresas nacionais classificadas na categoria de "Empréstimos e contas a receber". Estas obrigações apresentam o seguinte detalhe:

	Título	31-Dez-15	31-Dez-14	Maturidade
CVIFHCOM0005	IFH - Imobiliária, Fundiária e Habitat, S.A.	31828.424	32.441601	06-01-2019
CVCFFAOM0005	CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	145.772.259	162.925.932	31-01-2019
CVSOGAOM0005	Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	197.965.679	233.832.884	18-02-2017
CVLIIAOM0008	Laboratórios INPHARMA – INDÚSTRIA FARMACÊUTICA, S.A.	8.345.262	10.591061	24-12-2019
CVTACBOM0003	TACV-Transportes Aereos Cabo Verde	461902.300	0	28-05-2030
CVEMPAOM0002	EMPROFAC SARL	75.958.334	0	29-09-2020
	Total	**921.772.260**	**439.791.478**	

Em 31 de Dezembro de 2015 as obrigações emitidas pela CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A. e pela SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda. encontram-se em incumprimento, com Cupões vencidos desde Janeiro de 2013 e Agosto de 2014, respectivamente.

Os valores apresentados são líquidos do montante de imparidades, registados para a carteira de créditos titulados, no montante de 812.834.507 CVE.

Seguindo instruções do Banco de Cabo Verde, o Banco está comprometido a provisionar pela sua totalidade no prazo máximo de 3 anos (com início em 2015) na emissão da SOGEI - Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda., e a provisionar em 60% a emissão CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A. igualmente no prazo de 3 anos (com início em 2015).

Em 31 de Dezembro de 2015 o Banco provisionou 20% das duas emissões.

Para os próximos três exercícios está previsto o seguinte nível provisionamento das duas emissões:

	Título	31-Dez-16	31-Dez-17	31-Dez-18
CVCFFAOM0005	CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	40,00%	60,00%	100,00%
CVSOGAOM0005	Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	55,00%	100,00%	100,00%

O provisionamento da emissão CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A será reforçada para 100% no quarto ano (2018), caso se realize o cenário de saída do Estado de Cabo Verde do capital social do emitente, no período que termina com a maturidade do empréstimo obrigacionista, cumulativamente à degradação da situação operacional e financeira da empresa.

NOTA 12 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A decomposição da rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Activos não correntes detidos para venda		
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	1077.231.119	997.497.085
Equipamentos	5.000.000	0
Sub-total	**1.082.231.119**	**997.497.085**
Imparidade acumulada	-5.148.950	-5.148.950
Total	**1.077.082.169**	**992.348.135**

A rubrica inclui essencialmente os imóveis recebidos na recuperação de crédito de crédito a clientes. A variação da rubrica durante os exercícios de 2015 e 2014, resume conforme se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Saldo inicial	**997.497.085**	**171.494.521**
Entradas	232.732.194	887.303.709
Vendas	-28.701966	-61301.145
Transferências	-119.296.194	
Saldo final	**1.082.231.119**	**997.497.085**

No exercício de 2015, o edifício denominado "*Sal Rei Building*" sito em Sal-Rei, ilha da Boa Vista, Cabo Verde, foi reclassificado desta rubrica para a rubrica de Outros Activos Tangíveis, na sequência da

deliberação do Conselho de Administração do Banco, em transformar o edifício num centro de férias e lazer dos trabalhadores do Banco e das empresas do Grupo BAI (ver Nota 13 – outros activos tangíveis).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Saldo inicial	**5.148.950**	**2.985.950**
Dotações	0	2.163.000
Utilizações	0	0
Reversões	0	0
Saldo final	**5.148.950**	**5.148.950**

Para efeitos de determinação de eventuais imparidades, as avaliações dos activos não correntes detidos para venda são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito.

NOTA 13 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

A decomposição da rubrica é conforme segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Imóveis	**389.200.745**	**251.562.051**
Edifícios	119.296.194	0
Obras em imóveis arrendados	269.904.551	251.562.051
Equipamento:	**363.811.129**	**350.342.246**
Mobiliário e material	115.245.108	115.300.430
Maquinas e ferramentas	27.333.971	25.867.553
Equipamento informático	100.729.497	92.059.788
Instalações interiores	980.230	391.180
Veículos	56.572.655	54.632.655
Equipamento de segurança	53.196.219	52.885.173
Outro equipamento	7.020.506	6.472.524
Outros activos tangíveis	2.732.943	2.732.943
Activos tangíveis em curso	**9.067.011**	**6.372.429**
Sub-total	**762.078.885**	**608.276.726**
Depreciações Acumuladas	**418.156.598**	**374.786.282**
Total	**343.922.287**	**233.490.444**

A variação da rubrica resulta conforme se segue:

	Imóveis e Equipamento	Activos tangíveis em curso	Total
Custo aquisição			
Saldo a 31/12/2013	**611.092.764**	**5.931.260**	**617.024.024**
Adições	3.444.587	441.169	3.885.756
Abates e/ou Alienações	-12.633.054		-12.633.054
Saldo a 31/12/2014	**601.904.297**	**6.372.429**	**608.276.726**
Adições	32.431.211	21.037.082	53.468.293
Transferências	119.296.194	-18.342.500	100.953.694
Abates e/ou Alienações	-619.828		-619.828
Saldo a 31/12/2015	**753.011.874**	**9.067.011**	**762.078.885**
Depreciações			0
Saldo a 31/12/2013	**330.617.960**	**0**	**330.617.960**
Adições	53.252.296		53.252.296
Abates e/ou Alienações	-9.083.974		-9.083.974
Saldo a 31/12/2014	**374.786.282**	**0**	**374.786.282**
Adições	43.902.302		43.902.302
Abates e/ou Alienações	-531.986		-531.986
Saldo a 31/12/2015	**418.156.598**	**0**	**418.156.598**
Saldo líquido a 31-Dez-2015	**334.855.276**	**9.067.011**	**343.922.287**
Saldo líquido a 31-Dez-2014	**227.118.015**	**6.372.429**	**233.490.444**

No exercício de 2015, o edifício denominado "*Sal Rei Building*" sito em Sal-Rei, ilha da Boa Vista, Cabo Verde, foi reclassificado da rubrica de Activos não Correntes Detidos para Venda para esta rubrica, na sequência da deliberação do Conselho de Administração do Banco, em transformar o edifício num centro de férias e lazer dos trabalhadores do Banco e das empresas do Grupo BAI (ver Nota 12 - Activos não Correntes Detidos para Venda).

NOTA 14 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

A decomposição da rubrica é conforme segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Sistema tratamento automático de dados	35.484.411	21394.826
Activos intangíveis em curso	18.262.110	35.538.943
Outros activos intangíveis	4.696.000	4.696.000
Sub-Total	**58.442.521**	**61629.769**
Depreciações Acumuladas	28.909.349	25.831434
Total	**29.533.172**	**35.798.335**

Os movimentos nesta rubrica resume conforme se seguem:

	Sistema tratamento automático de dados	Activos intangíveis em curso	Outros activos intangíveis	Total
Custo aquisição				
Saldo a 31/12/2013	**21.072.826**	**-**	**4.696.000**	**25.768.826**
Adições	322.000	35.538.943		35.860.943
Saldo a 31/12/2014	**21394.826**	**35.538.943**	**4.696.000**	**61629.769**
Adições	14.089.585	4.419.376		18.508.961
Outros movimentos		-21696.209		-21696.209
Saldo a 31/12/2015	**35.484.411**	**18.262.110**	**4.696.000**	**58.442.521**
Depreciações				-
Saldo a 31/12/2013	**21.011.038**	**-**	**4.696.000**	**25.707.038**
Adições	124.396			124.396
Saldo a 31/12/2014	**21.135.434**	**-**	**4.696.000**	**25.831434**
Adições	3.077.915			3.077.915
Saldo a 31/12/2015	**24.213.349**	**-**	**4.696.000**	**28.909.349**
Saldo líquido a 31-Dez-2015	**11.271062**	**18.262.110**	**-**	**29.533.172**
Saldo líquido a 31-Dez-2014	**259.392**	**35.538.943**	**-**	**35.798.335**

As principais adições nesta rubrica estão relacionadas com a implementação de novos sistemas de informação, nomeadamente o *Sistema de Gestão de Cartões*, visando o incremento das operações comerciais do Banco.

NOTA 15 – ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo apresentado na rubrica de Activos por impostos correntes, refere-se a retenções na fonte por conta do imposto, a serem deduzidos à colecta nos termos do CIRPC – Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

	31-Dez-15	31-Dez-14
Activos por impostos correntes:	**10.604.555**	**8.876.871**
Rentenções na fonte por conta do imposto	10.604.555	8.876.871
Activos por impostos diferidos:	**0**	**0**
Por prejuízos fiscais (Ver Nota 30)	0	0
Total	**10.604.555**	**8.876.871**

O detalhe das retenções na fonte por exercício segue no quadro que se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Exercício 2015	1727.684	-
Exercício 2014	398.896	398.896
Exercício 2013	1562.012	1562.012
Exercício 2012	1660.706	1660.706
Exercício 2011	2.186.586	2.186.586
Exercício 2010	2.306.229	2.306.229
Exercício 2009	762.442	762.442
Total	**10.604.555**	**8.876.871**

Em 31 de Dezembro de 2015, o saldo apresentado na rubrica de Passivos por impostos correntes, corresponde ao IRPC apurado no exercício de 2015, e que será liquidado no exercício de 2016.

NOTA 16 – OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS

A decomposição da rubrica Outros Activos encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-15		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
Outros Activos	**141.406.835**	**0**	**141.406.835**
Devedores residentes	133.371068	0	133.371068
Devedores não residentes	3.441368	0	3.441368
Devedores aplicações diversas	2.665.652	0	2.665.652
Outros Activos	1928.747	0	1928.747
Outros Rendimentos a Receber	**695.622**	**0**	**695.622**
Por linhas de crédito irrevogáveis	22.102	0	22.102
Outros rendimentos a receber	673.520	0	673.520
Despesas com encargo diferido	**6.732.503**	**0**	**6.732.503**
Seguros	127.216	0	127.216
Outros	6.605.287	0	6.605.287
Outras contas de regularização	**49.603.410**	**33.925.242**	**15.678.168**
Outras operações a regularizar	49.603.410	33.925.242	15.678.168
Total de Outros Activos	**198.438.370**	**33.925.242**	**164.513.128**

	31-Dez-14		
	Valor bruto	Provisões e imparidade	Valor líquido
Outros Activos	**137.821.737**	**0**	**137.821.737**
Devedores residentes	132.225.825	0	132.225.825
Devedores não residentes	3.100.412	0	3.100.412
Devedores aplicações diversas	2.495.500	0	2.495.500
Outros Activos	0	0	0
Outros Rendimentos a Receber	**885.036**	**0**	**885.036**
Por linhas de crédito irrevogáveis	50.198	0	50.198
Outros rendimentos a receber	834.838	0	834.838
Despesas com encargo diferido	**6.016.337**	**0**	**6.016.337**
Seguros	123.767	0	123.767
Outros	5.892.570	0	5.892.570
Outras contas de regularização	**62.637.427**	**33.925.242**	**28.712.185**
Outras operações a regularizar	62.637.427	33.925.242	28.712.185
Total de Outros Activos	**207.360.537**	**33.925.242**	**173.435.295**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo apresentado na rubrica devedores residentes inclui, ECV 125.491.944, referente ao valor das obras realizadas na anterior Sede do Banco, por conta do proprietário

do edifício. É expectativa do Banco recuperar o montante em dívida a curto prazo, via dação em cumprimento da participação no capital social do BAI Cabo Verde .

Em 31 de Dezembro de 2015, o montante registado em outras operações a regularizar, diz respeito essencialmente a movimentos que são saldados no ano seguinte, nomeadamente a regularização do *stock* do economato e contas de compensação.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo da rubrica de Imparidade de Outros Activos ascende ao montante de Cve 33.925.242.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a decomposição da rubrica Outros Passivos encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Credores e Outros Recursos	**35.631.650**	**63.831.257**
Retenção imposto na fonte	8.737.552	11.860.020
Contribuição para a Providência Social	2.297.300	1.858.650
Cobrança por conta de terceiros	136.419	87.093
Fornecedores diversos	3.807.087	6.780.701
Outros credores	20.653.292	43.244.793
Encargos a Pagar	**47.162.781**	**13.433.078**
Por gastos com o pessoal	4.908.729	3.736.949
Por gastos gerais administrativos	42.254.052	9.696.129
Outras Contas de Regularização	**2.321.187**	**2.050.116**
Outras operações a regularizar	2.321.187	2.050.116
Total de Outros Passivos	**85.115.617**	**79.314.451**

A retenção dos impostos a entregar ao Estado, refere-se essencialmente ao imposto sobre rendimentos de trabalho dependente, sobre rendimentos prediais e sobre rendimentos de capitais.

A contribuição para a providência social, corresponde à aplicação de uma taxa de 23% (15% por conta da entidade patronal e 8% da responsabilidade do empregado) sobre as remunerações liquidadas em Dezembro de 2015, a qual deverá ser entregue em Janeiro de 2016.

O saldo apresentado em Fornecedores diversos é resultante de aquisição de bens e serviços, cujas facturas aguardam liquidação, a qual deverá ocorrer nos primeiros meses de 2016.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo apresentado na conta Outros credores, refere-se essencialmente aos pagamentos efectuados pelo accionista BAI Angola por conta do BAICV, os quais serão reembolsados subsequentemente.

Os custos a pagar ao pessoal, são acréscimo de gastos com o pessoal, relativamente as férias e férias vencidas não gozadas em 2015, e que serão regularizadas em 2016.

NOTA 17 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A decomposição desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Recursos de Instituições de Crédito no país	**0**	**6**
Depósitos à ordem	0	6
Recursos de Instituições de Crédito no estrangeiro	**6.136.882.798**	**5.691.674.619**
Depósitos à ordem	623.632.798	281.488.001
Depósitos à prazo	1.102.650.000	470.314.619
Empréstimos	4.410.600.000	4.939.872.000
Juros a pagar	**26.780.459**	**20.280.543**
Total Recursos de Outras IC's	**6.163.663.256**	**5.711.955.168**

(i) Os depósitos a prazo são constituídos em moeda estrangeira, e a taxa de juro média de remuneração das operações vivas a 31 de Dezembro de 2015 ascende a 3,15% (2014: 7,00%). Os depósitos à ordem não são remunerados.

(ii) Os empréstimos são constituídos em moeda estrangeira, e a taxa de juro média de remuneração das operações vivas a 31 de Dezembro de 2015 ascende a 1,15% (2014: 1,07%).

NOTA 18 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

A decomposição da rubrica resume-se no quadro que se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Recursos do Sector Público Administrativo	**5.318.197**	**23.609.663**
Depósitos à ordem	5.318.197	23.609.663
Recursos de Residentes	**5.885.945.641**	**7.470.631.450**
Depósitos à ordem	3.058.326.146	4.986.084.022
Depósitos a prazo	2.763.277.540	2.449.612.096
Outros recursos de clientes (cheques e ordens a pagar)	64.341.955	34.935.332
Recursos de Emigrantes	**390.268.114**	**224.564.529**
Depósitos à ordem	136.577.879	31.770.630
Depósitos a prazo	253.690.235	192.793.899
Recursos de Não Residentes	**108.098.271**	**285.927.764**
Depósitos à ordem	64.915.608	136.056.635
Depósitos a prazo	43.182.663	149.871.129
Juros a pagar	**63.334.849**	**41.990.850**
Total de Recursos de Clientes	**6.452.965.072**	**8.046.724.256**

Os depósitos a prazo são constituídos em moeda nacional e moeda estrangeira, e a taxa de juro média remuneratória das operações vivas a 31 de Dezembro de 2015 ascende a 4,04% (2014: 3,84%).

NOTA 19 – OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

31-Dez-15

	Data de emissão	Valor Nominal	Juros	Despesas incrementais	Valor balanço (custo amortizado)	Taxa Juros	Maturidade
Obrigações subordinadas	2010	250.000.000	573.611	-140.658	250.432.953	5,90%	2016
Total		**250.000.000**	**573.611**	**-140.658**	**250.432.953**		

31-Dez-14

	Data de emissão	Valor Nominal	Juros	Despesas incrementais	Valor balanço (custo amortizado)	Taxa Juros	Maturidade
Obrigações subordinadas	2010	250.000.000	573.611	-278.725	250.294.886	5,90%	2016
Total		**250.000.000**	**573.611**	**-278.725**	**250.294.886**		

Os passivos subordinados correspondem ao empréstimo obrigacionista emitido pelo Banco durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010. No exercício de 2014 o Banco procedeu ao reembolso parcial e antecipado de 75% do empréstimo, nas condições definidas no prospecto de emissão da dívida.

NOTA 20 – CAPITAL

A estrutura accionista do Banco no final de 2015 e 2014 era a seguinte:

	%	Nº Acções	31-12-2015	31-12-2014
Banco Angolano de Investimentos, S.A.	80,432	1874.695	1874.695.000	1874.695.000
Sonangol Cabo Verde – Sociedade de Investimentos, S.A.	16,303	380.000	380.000.000	380.000.000
SOGEI – Sociedade de Gestão de Investimentos, SA	3,265	76.100	76.100.000	76.100.000
Total	**100,000**	**2.330.795**	**2.330.795.000**	**2.330.795.000**

O capital é constituído por 2.330.795 acções de valor nominal de 1.000$00 (mil escudos cabo-verdianos) cada, totalmente realizado.

Nenhum dos membros dos órgãos sociais detém participação no capital do Banco.

NOTA 21 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

A decomposição do saldo desta rubrica encontra-se no quadro que se segue:

	31-12-2015	31-12-2014
Outras reservas e resultados transitados	-1315.122.081	-1328.518.985
Total	**-1.315.122.081**	**-1.328.518.985**

A 31 de Dezembro de 2015, o saldo apresentado na rubrica Outras reservas e resultados transitados, no valor de Cve -1.315.122.081, resulta do efeito conjugado de resultados líquidos negativos ocorridos antes do exercício 2014 e do resultado líquido positivo de Cve 13 396 904 ocorrido no exercício de 2014.

NOTA 22 – MARGEM FINANCEIRA

A saldo da Margem Financeira decompõe-se como se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Juros e Rendimentos Similares	**647.188.833**	**633.131.686**
Disponibilidades em IC's	0	0
Aplicações em IC's	2.307.497	7.377.021
Crédito a clientes	432.248.726	425.189.897
Activos financeiros	212.632.610	200.564.768
Juros e Encargos Similares	**224.605.994**	**233.461.096**
Recursos de IC's	87.772.417	94.985.571
Recursos de clientes	121.945.510	80.680.418
Passivos subordinados	14.888.067	57.783.931
Outros juros e encargos similares	0	11.176
Margem Financeira	**422.582.839**	**399.670.590**

NOTA 23 – RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

A rubrica resulta como se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Rendimentos com serviços e comissões:	**131.897.435**	**53.360.333**
Garantias prestadas	10.216.675	9.493.533
Serviços prestados	94.860.625	26.948.421
Operações realizadas por conta de terceiros	10.936.575	10.035.697
Outras	15.883.560	6.882.682
Encargos com serviços e comissões:	**4.125.169**	**10.461.500**
Instrumentos financeiros	0	4.634.668
Serviços bancários prestados por terceiros	51.304	115.972
Por operações realizadas por terceiros	2.857.198	2.710.780
Outras	1.216.667	3.000.080
Comissões liquidas	**127.772.266**	**42.898.833**

NOTA 24 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O saldo da rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Ganhos em activos financeiros:	**0**	**0**
Detidos para negociação	0	0
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0
Perdas em activos financeiros:	**23.151.873**	**338.276**
Detidos para negociação	23.151.873	338.276
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	0	0
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor atraves de resultados	**-23.151.873**	**-338.276**

NOTA 25 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O saldo da rubrica compreende como se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Ganhos em operações cambiais:	**1.206.438.403**	**364.148.579**
Na posição cambial à vista	1.206.438.403	364.148.579
Perdas em operações cambiais:	**1.189.735.646**	**336.300.173**
Na posição cambial à vista	1.189.735.646	336.300.173
Resultados de reavaliação cambial	**16.702.757**	**27.848.407**

NOTA 26 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Ganhos em activos não financeiros:	**453.213**	**18.829.589**
Outros activos tangíveis		
Activos não correntes detidos para venda	453.213	1.788.283
Ganhos na alienação de crédito a clientes	0	17.041.306
Perdas em activos não financeiros:	**1.965.419**	**446.579**
Outros activos tangíveis	1.965.419	446.579
Resultados de alienação de outros activos	**-1.512.206**	**18.383.010**

NOTA 27 – OUTROS RESULTADOS EXPLORAÇÃO

O saldo apresentado nesta rubrica decompõe-se como segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Rendimentos de exploração por:	**3.128.238**	**7.983.640**
Ganhos em investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	628.787
Outros	3.128.238	7.354.853
Gastos de exploração por:	**9.482.747**	**7.403.819**
Quotizações e donativos	4.755.925	987.947
Outros impostos	3.772.833	1.179.486
Outros	953.989	5.236.386
Outros resultados de exploração	**-6.354.510**	**579.821**

NOTA 28 – CUSTOS COM O PESSOAL

A rubrica resulta conforme se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Remuneração dos órgãos de gestão	**34.543.558**	**35.380.420**
Remuneração Mensal	24.816.259	29.537.480
Subsídios	5.132.919	5.107.940
Outras remunerações	4.594.380	735.000
Remuneração dos empregados	**114.309.043**	**102.901.467**
Remuneração mensal	73.737.205	68.545.986
Remunerações adicionais	582.953	537.239
Subsídios	39.854.780	31445.622
Outras remunerações	134.105	2.372.620
Encargos sociais obrigatórios	**17.887.026**	**14.339.744**
Providência Social	17.724.474	14.186.572
Seguro de acidentes de trabalho	162.552	153.172
Outros custos com pessoal	**5.862.069**	**2.570.218**
Total	**172.601.696**	**155.191.849**

O efectivo de trabalhadores durante os exercícios de 2015 e 2014, distribuído pelas seguintes categoriais profissionais foi o seguinte:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Conselho de Administração	5	5
Direcção	9	8
Secretariado	2	2
Técnicos	60	54
Outras funções	5	4
Total	**81**	**73**

As informações relacionadas com a Administração do Banco encontram-se divulgadas na Nota 32.

NOTA 29 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A rubrica decompõe-se conforme se segue:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Gastos Gerais Administrativos		
Com fornecimentos de terceiros	**27.432.951**	**29.110.308**
Agua, Energia e combustível	19.770.479	21768.428
Impressos e material consumo	5.822.460	5.103.923
Outros fornecimentos (materiais diversos)	1840.012	2.237.957
Com serviços de terceiros	**180.852.230**	**148.573.679**
Rendas e alugueres	101025.853	75.961420
Comunicação e despesas de expedição	11.247.079	10.544.292
Deslocações, estadas e representação	7.260.675	9.308.573
Publicidade e edição	6.429.166	4.175.560
Conservação e reparação	6.616.643	5.921484
Transportes	1048.033	369.952
Formação de pessoal	555.286	29.628
Seguros	2.452.800	1408.949
Serviços especializados	23.627.827	23.159.295
Outros serviços de terceiros	20.588.868	17.694.526
Total	**208.285.181**	**177.683.987**

NOTA 30 – IMPOSTOS SOBRE LUCROS

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, foram alteradas a legislação referente à tributação do lucro das pessoas colectivas. Foi introduzido o CIRPC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Lei nº 78/VIII/2014, de 31 de Dezembro), que veio revogar Código do Imposto Único sobre Rendimento (Decreto-Lei nº1/96, de 15 de Janeiro). O imposto sobre o lucro das pessoas colectivas é apurado com base na declaração MOD 1B conforme definido na Portaria nº 78/2015 de 31 de Dezembro, e demais legislação aplicáveis.

O imposto apurado no exercício económico de 2015, no montante de Cve 1.916.478, resulta da tributação autónoma (conforme art.89º do CIRPC), tendo em consideração que ao lucro fiscal apurado em 2015 foi deduzido prejuízos fiscais do exercício económico de 2012.

No quadro abaixo, apresenta-se a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificado no exercício de 2015.

	2015	
	Taxa	**Imposto**
Resultado antes de impostos		19.787.036
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	5.045.694
Correcções fiscais (Acréscimos)		
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor	29,84%	5.903.728
As depreciações e amortizações efetuadas fora dos termos previstos no CIRPC	1,48%	293.063
Perdas por imparidade seguradoras ou instituições bancárias não aceites ou para além dos limites legais	82,85%	16.393.763
O IRPC, as tributações autónomas, e quaisquer outros impostos que incidam sobre lucros	9,69%	1.916.478
As multas, coimas e encargos pela prática de infrações, incluindo juros compensatórios	0,08%	15.887
Prémios de seguros de doença e de acidentes pessoais, gastos com seguros	0,45%	88.913
Imposto único sobre o património, exceto imóveis cuja compra e venda façam parte do ramo imobiliário	4,82%	953.119
Acréscimo de 30% do total dos gastos com viaturas ligeiras de passageiros	5,14%	1.017.066
50% dos gastos com despesas de representação	0,18%	35.385
Correcções fiscais (Deduções)		
Benefícios fiscais	-0,90%	(177.196)
Prejuízo s fiscais	-149,44%	(29.569.421)
Imposto sobre o lucro do exercício	9,69%	1.916.478

NOTA 31 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, existiam os seguintes saldos relativos a contas extra-patrimoniais:

	31-Dez-15	31-Dez-14
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales a residentes	441246.383	330.567.040
Créditos documentários abertos a residentes	18.800.183	16.521225
	460.046.566	**347.088.265**
Compromissos perante terceiros		
Linha de crédito irrevogáveis a residentes	329.275.615	415.644.094
	329.275.615	**415.644.094**
Responsabilidades por prestações de serviços		
Depósito e guarda de valores - Títulos desmaterializados	4.534.690.413	1653.946.081
	4.534.690.413	**1653.946.081**
Garantias Reais		
Activos recebidos em garantias	17.311384.423	7.169.700.660
	17.311.384.423	**7.169.700.660**
Outras contas extrapatrimoniais		
Juros vencidos	72.228.189	49.027.265
Contas diversas	1306.939	1229.610
	73.535.128	**50.256.874**
Total	**22.708.932.144**	**9.636.635.974**

NOTA 32 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Foram consideradas partes relacionadas do Banco:

Elementos dos Órgãos de Gestão:

Luís Filipe Rodrigues Lélis
Carlos Augusto Bessa Victor Chaves
Carla Monteiro do Rosário
David Luís Dupret Hopffer Almada
Manuel Jesus Costa

Entidades do Grupo BAI:

Banco Angolano de Investimentos, S.A.
Banco BAI Europa, S.A.
Baicenter - Sociedade Unipessoal, S.A.
IMOGEST, S.A.

Outras entidades relacionadas:

Sonangol Cabo Verde, S.A.
SOGEI – Soc Gestao Investimento, S.A.
Banco Sul Atlântico, S.A.

Os saldos, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, das transacções verificadas com partes relacionadas resumem-se aos seguintes:

	Elementos dos Órgãos de Gestão		Entidades do Grupo BAI		Outras entidades relacionadas	
	31-Dez-15	31-Dez-14	31-Dez-15	31-Dez-14	31-Dez-15	31-Dez-14
Activos						
Disponibilidades em OIC's	0	0	36.748.549	1.162.909.388	0	0
Aplicações em instituições de crédito	0	0	353.220.000	2.055.869.245	0	0
Crédito	0	0	0	0	197.965.679	233.832.884
Outros activos	0	0	6.039.181	6.307.753	125.491.944	125.491.944
	0	**0**	**396.007.730**	**3.225.086.386**	**323.457.623**	**359.324.828**
Passivos						
Recursos de Outras Instituições de Credito	0	0	5.912.396.655	5.492.480.265	251.266.360	218.452.235
Recursos de Clientes	23.354.586	22.248.625	15.235.997	2.651.905.152	13.431.198	18.938.931
Outros passivos subordinados	1.888.072	1.888.072	109.377.887	109.377.887	65.076.473	65.026.358
Outros passivos	0	0	20.728.074	42.424.283	0	0
	25.242.658	**24.136.697**	**6.057.738.613**	**8.296.187.587**	**329.774.031**	**302.417.524**
Proveitos						
Juros e Rendimentos Similares	0	706	580.254	4.832.644	0	5.091.328
	0	**706**	**580.254**	**4.832.644**	**0**	**5.091.328**
Custos						
Gastos Gerais Administrativos	0	0	0	0	0	10.446.504
Juros e Encargos Similares	639.488	743.600	94.210.939	119.943.428	3.830.723	55.561
	639.488	**743.600**	**94.210.939**	**119.943.428**	**3.830.723**	**10.502.065**
Extra-patrimoniais						
Títulos depositados	7.283.750	7.323.750	357.413.833	357.413.833	728.320.167	725.970.167
Juros vencidos	0	0	0	0	10.182.656	10.182.656
	7.283.750	**7.323.750**	**357.413.833**	**357.413.833**	**738.502.823**	**736.152.823**

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

NOTA 33 - CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

As contas do Banco são consolidadas pelo Banco Angolano de Investimentos, S.A., através do método integral. As contas do Banco Angolano de Investimentos, S.A., podem ser obtidas directamente na sua sede na Rua Major Kanhangulo n.º 34, Luanda, Angola.

pwc

Relatório de Auditoria

Exmo. Conselho de Administração

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, a Demonstração de resultados, de rendimento integral, de alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como um resumo das políticas contabilísticas significativas e outra informação explicativa.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efetuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Opinião

6 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Angolano de Investimentos Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2015, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

Ênfase

7 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos à atenção para os seguintes aspectos:

i) Conforme referido na Nota 11 do Anexo às demonstrações financeiras, a rubrica "Crédito a clientes" em 31 de dezembro de 2015 inclui obrigações emitidas por duas entidades que se encontram em situação de incumprimento pelo montante total bruto de ECV 405.165 milhares. Não obstante os colaterais obtidos nas duas emissões, seguindo instruções do Banco de Cabo Verde, o Banco está comprometido a provisionar pela sua totalidade uma das emissões no prazo máximo de 3 anos (com início em 2015) e a provisionar em 60% a outra emissão igualmente no prazo de 3 anos (com início em 2015), que será reforçada para 100% no quarto ano (2018), caso se realize o cenário de saída do Estado de Cabo Verde do capital social do emitente, no período que termina com a maturidade do empréstimo obrigacionista, e/ou se verifique a degradação da situação operacional e financeira da empresa. Em 31 de dezembro de 2015 o Banco provisionou 20% das duas emissões.

ii) As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas nas demonstrações financeiras anexas para efeitos comparativos, foram examinadas por outro Auditor Externo, que sobre as mesmas emitiu o respetivo Relatório de Auditoria, sem reservas, com data de 20 de março de 2015.

3 de março de 2016

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

Carlos José Figueiredo Rodrigues

Carlos José Figueiredo Rodrigues, R.O.C.

17. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Exercício de 2015

Senhores Acionistas,

1. Em cumprimento com os preceitos legais, designadamente ao estipulado no artigo 446º do Código das Empresas Comerciais e as disposições estatutárias do BAICV - Banco Angolano de Investimentos de Cabo Verde, SA, o Conselho Fiscal submete à Assembleia Geral de Acionistas, o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas do BAICV a 31 de Dezembro de 2015.
2. Ao longo deste exercício o Conselho Fiscal acompanhou, com a prioridade e extensão que considerou adequados, a evolução da atividade do Banco, quer através da análise mensal das contas, do *Tableau de Bord*, das atas, bem como pelo cumprimento dos preceitos legais e estatutários aplicáveis.
3. Nos termos do Aviso nº 2/95, conjugado com o Aviso nº 5/99, o Conselho Fiscal debruçou-se ainda sobre o relatório do Sistema de Controlo Interno emanado pelo Conselho de Administração.
4. Das reuniões tidas e dos contatos com a Administração e demais estruturas do BAICV recebeu as informações e os esclarecimentos que considera necessários, e nada tendo observado em contrário às práticas geralmente aceites e que pudessem constituir de alguma forma um incumprimento deliberado das disposições legais e estatutárias.
5. Tomou conhecimento da opinião expressa no Relatório da auditoria externa independente, cujo parecer datado de 03 de março de 2016, contém uma ênfase, o qual o Conselho Fiscal recomenda ao Conselho de Administração que continue a dar toda a atenção ao ponto enfatizado no relatório dos auditores externos.
6. No âmbito das suas funções o Conselho Fiscal examinou as Demonstrações financeiras e os respectivos anexos e procedeu a análise do Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual satisfaz no fundamental, os requisitos legais da sua elaboração, conforme artigo9 164º do Código das Empresas Comerciais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Banco e que as mesmas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, normas estabelecidas para o setor e os princípios contabilísticos geralmente aceites, permitindo assim compreender a situação do BAICV.
7. No final do exercício, o BAICV apresentou na Demonstração de Resultados, um Resultado Líquido positivo de 17.871 contos e no Balanço apresentou um total do ativo líquido de 13.987.630 de contos, um total do passivo de 12.954.093 de contos e os capitais Próprios de 1.033.536 de contos.
8. Os resultados analisados permitem observar a boa gestão economica e financeira do BAICV, pelo que face ao exposto, o Conselho Fiscal propõe que sejam aprovadas pela Assembleia Geral de Acionistas as contas e o relatório de Gestão de 2015.
9. Finalmente deseja manifestar ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores do Banco o apreço pela colaboração prestadas.

Praia 04 de março de 2016.-

O Conselho Fiscal

António Borges | Margarida Carvalho | Alberino Almeida